



**Centro Universitário de Brasília – UniCEUB**  
**Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES**  
**Curso de Graduação em Psicologia**

**Os Efeitos da Homofobia na Construção das Identidades Sexuais Não-  
Hegemônicas e o Papel da/o Psicóloga/o na Promoção da Saúde**

Aluna: Marina Silva Barbosa

RA: 21261790

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Flávia do Amaral Madureira

**Brasília – DF**

**Junho de 2017**



**Centro Universitário de Brasília – UniCEUB**  
**Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES**  
**Curso de Graduação em Psicologia**

**Os Efeitos da Homofobia na Construção das Identidades Sexuais Não-  
Hegemônicas e o Papel da/o Psicóloga/o na Promoção da Saúde**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB como requisito parcial à conclusão do Curso de Psicologia

Professora Orientadora: Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

**Brasília – DF**

**Junho de 2017**



**Centro Universitário de Brasília – UniCEUB**  
**Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES**  
**Curso de Graduação em Psicologia**

### **Folha de avaliação**

Autora: Marina Silva Barbosa

Título: Os Efeitos da Homofobia na Construção das Identidades Sexuais Não-  
Hegemônicas e o Papel da/o Psicóloga/o na Promoção da Saúde

Banca examinadora

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Flávia do Amaral Madureira

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tania Inessa Martins de Resende

---

**Brasília – DF**

**Junho de 2017**

## Agradecimentos

Primeiramente, agradeço aos meus pais, pelo amor e dedicação de sempre e por serem meu abrigo e força em dias difíceis. Dedico essa conquista a vocês, que foram meus principais incentivadores nesses árduos 5 anos de graduação.

À minha irmã que, de sua maneira, foi essencial neste processo e em meu crescimento.

Aos meus avós, pelo cuidado, amor e por serem minha inspiração. E aos/às primos/as e tios/as pelo carinho e companheirismo.

Aos/às amigos/as pelas conversas, alegrias, pelo aprendizado, apoio e amadurecimento constate.

Às/aos amigas/os de curso e às/aos professoras/es pela paciência, apoio, trocas e dedicação durante todo esse período.

Aos/às participantes desta pesquisa por terem se disponibilizado e contribuído muito com seus relatos e vivências.

Agradeço à professora doutora Tania Inessa por ter aceitado o convite para ser a parecerista do projeto de pesquisa e pelas várias contribuições que me concedeu. E, também, pelas orientações no Estágio em Saúde Mental, que foram de grande relevância para o meu desenvolvimento pessoal, profissional e para a minha produção acadêmica.

E um agradecimento especial à minha professora orientadora doutora Ana Flávia Madureira. Sinto-me privilegiada por ter tido a oportunidade de te conhecer e construir esse trabalho com você. Tenho grande admiração por sua sensibilidade, competência, organização e dedicação. Agradeço pela parceria, pelo incentivo, pelas reflexões e por ter compartilhado tantos conhecimentos e sabedorias.

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1. Identidades Sexuais: Desmistificando Estereótipos Socialmente Construídos .....</b>	<b>7</b>
<b>2. Identidades de Gênero e Identidades Sexuais: Categorias Relacionais e Políticas .....</b>	<b>17</b>
<b>3. Relações Familiares: a Importância da Família e o Fundamentalismo Religioso .....</b>	<b>28</b>
<b>4. Metodologia.....</b>	<b>36</b>
4.1 Participantes .....	39
4.2 Materiais e instrumentos.....	40
4.3 Procedimentos de construção de informações.....	40
4.4 Procedimentos de análise.....	41
<b>5. Resultados e Discussão .....</b>	<b>43</b>
5.1 Homofobia e sofrimento psíquico .....	43
5.2 A reprodução da homofobia no cotidiano: família e religião .....	59
5.3 O enfrentamento da homofobia: o papel da psicologia e a importância das redes de apoio .....	71
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>79</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>88</b>
Anexo A .....	89
Anexo B.....	92
Anexo C.....	95
Anexo D .....	96
Anexo E.....	98

## Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo geral investigar o sofrimento psíquico e os desafios enfrentados por pessoas com orientações afetivo-sexuais distintas da heterossexualidade. Participaram da pesquisa três pessoas com orientações afetivo-sexuais distintas da heterossexualidade, que se reconhecem desta forma, e três psicólogos/as que atuam na área da saúde e na área clínica. Foi utilizada uma metodologia de investigação qualitativa mediante: (a) a realização de entrevistas individuais semiestruturadas de forma integrada à apresentação de diferentes imagens (fotografias) com os/as três participantes psicólogos/as; e (b) a realização de entrevistas individuais abertas, na forma de narrativa pessoal, com os/as três participantes com orientações afetivo-sexuais distintas da heterossexualidade. Após a realização das entrevistas, as mesmas foram transcritas e interpretadas a partir de categorias analíticas temáticas construídas após as transcrições. A partir da análise das entrevistas, a pesquisa indicou que todos/as os/as participantes com orientações afetivo-sexuais diferentes da heterossexualidade já passaram por alguma situação de homofobia e que os/as psicólogos/as já atenderam pessoas em intenso sofrimento psíquico causado pela homofobia. Os/as participantes percebem que é muito recorrente a família negar a diversidade sexual, principalmente devido às crenças religiosas e da falta de conhecimento sobre a diversidade sexual. Todos/as participantes falaram sobre a importância de haver redes de apoio para essas pessoas, sendo o/a psicólogo um profissional importante na promoção da saúde e na desconstrução de preconceitos, incluindo a homofobia.

**Palavras-chave:** Sexualidade, homofobia, sofrimento psíquico, não-hegemônico.

*"Quantos dos nossos fizeram o corpo de  
armadura para que nossos corpos pudessem  
existir sem elas?"*

*Lucas Veiga*

## **Introdução**

A violência, em suas diferentes formas, motivada pelo ódio contra pessoas com orientações afetivo-sexuais não-hegemônicas é chamada de homofobia e é uma forma de punir a diversidade e a diferença no campo da sexualidade. Por não se adequarem aos padrões socialmente impostos, essas pessoas tornam-se vulneráveis a tais violências que podem partir das diversas instituições sociais e causar intenso sofrimento psíquico ao sujeito. Muitos/as não são aceitos/as pela própria família, são excluídos/as na escola, humilhados/as no contexto religioso, não têm seus direitos respeitados e acabam tendo dificuldades para lidar com tudo isso.

Assim, podem surgir sentimentos de desamparado, culpa, medo, isolamento, angústia, inferioridade e o desenvolvimento de transtornos psíquicos (como a depressão e ansiedade). As pessoas com orientações afetivo-sexuais não-hegemônicas podem acreditar que não têm o direito de serem felizes e há casos em que elas acabam colocando fim às próprias vidas.

Um estudo realizado por Teixeira-Filho e Rondin (2012), que ouviu 2.282 estudantes do interior do Estado de São Paulo com idade entre 12 e 20 anos, identificou que pessoas não heterossexuais têm mais chances de pensarem e tentarem suicídio, em relação aos heterossexuais. Segundo o estudo, a prevalência de pensamentos suicidas entre os heterossexuais foi de 20,7%, já entre os não heterossexuais foi de 38,6%. Em relação aos/às respondentes que tentaram suicídio, 31% são heterossexuais e 47,4% são não heterossexuais. Tais dados podem indicar o quanto o sofrimento psíquico relacionado à homofobia é intenso, em muitos casos resultando em suicídio.

Segundo o último Relatório de Assassinatos LGBT no Brasil (2016) publicado pelo Grupo Gay da Bahia – que obtém seus dados a partir de notícias publicadas na

mídia, internet e informações pessoais – 343 LGBTs (sigla para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) foram assassinados/as no Brasil em 2016. Ou seja, um assassinato a cada 25 horas.<sup>1</sup> Já segundo o Relatório de Violência Homofóbica no Brasil<sup>2</sup> (2016), divulgado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR), em 2013 foram registradas pelo Disque Direitos Humanos (Disque 100) 1.695 denúncias de 3.398 violações relacionadas à população LGBT.<sup>2</sup>

Essas informações nos revelam o quanto a situação é grave e a violência se faz presente na vida destas pessoas. Porém, é importante ressaltar que esses dados não representam integralmente a realidade. Os números devem ser ainda mais altos, uma vez que a grande maioria dos casos de violência homofóbica são ignorados pelas autoridades e familiares, que na hora de documentá-los descartam a presença da homofobia. Há, ainda, as situações que não são notificadas em que a pessoa se cala por medo, vergonha, por se culpar e/ou por achar que a violência é algo natural. E, também, não se manifestam por não saber como ou por não existir uma lei específica que criminalize a homofobia. A punição é importante, porém não é suficiente para o fim deste tipo de violência, visto que ela age sobre os atos que já ocorreram, não havendo uma atenção às origens e à prevenção da homofobia.

Ainda segundo o Relatório de Violência Homofóbica no Brasil de 2013, em relação aos suspeitos, 32,1% das vítimas os conheciam, enquanto 32,0% eram desconhecidos e 27,7% não informaram. Em relação ao local das violações, 36,1% ocorreram nas casas – da vítima (25,7%), do suspeito (6,0%), de ambos ou de terceiros (4,4%), seguido pela rua, com 26,8% das violações e outros locais com 37,5% das

---

<sup>1</sup> Relatório disponível no site: <https://grupogaydabahia.com.br/2017/01/24/relatorio-de-2016/>

<sup>2</sup> Relatório disponível no site: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>

denúncias (delegacias de polícia, hospitais, igrejas, escola, local de trabalho e outros). Nota-se, também, o quanto os preconceitos, incluindo a homofobia, são socialmente enraizados, visto que, muitas vezes, a violência pode partir de alguém que a vítima conhece ou até mesmo de alguém da família. Em geral, há um desconhecimento sobre questões relacionadas à sexualidade e os discursos de exclusão e ódio ancorados na homofobia costumam ser, infelizmente, disseminados e reproduzidos em nossa sociedade.

Diante do que foi exposto, pode-se perceber o quanto é relevante que haja mais discussões sobre a homofobia e seus efeitos na construção das identidades sexuais não-hegemônicas e sobre o papel da/o psicóloga/o na promoção da saúde. Assim, o problema a ser investigado por esta pesquisa é: quais as implicações da homofobia sobre aqueles/as com orientações afetivo-sexuais diferentes da hegemônica e como as/os psicólogas/os da área da saúde e da área clínica podem agir em relação ao sofrimento psíquico desses sujeitos?

Em algumas produções acadêmicas anteriores, busquei questionar e problematizar tais assuntos. Nas disciplinas de Estágio Básico II, Produção de Artigo e Fórum de Debates III, participei do projeto de pesquisa “guarda-chuva” da Professora-orientadora Ana Flávia do Amaral Madureira, intitulado: “Identidades Sociais, Diversidade e Preconceito”. Meu tema específico foi “Diversidade sexual a partir da perspectiva de estudantes de Psicologia” e o objetivo geral da pesquisa que realizei era analisar as concepções e crenças de estudantes do Curso de Psicologia sobre questões relativas à diversidade sexual.

Durante estas etapas anteriores da minha formação acadêmica, pude desenvolver meu senso crítico, ampliar meus conhecimentos sobre esses temas e compreender ainda mais a relevância deles. É importante produzir reflexões sobre a diversidade sexual e a

pluralidade de identidades sexuais, desmistificando crenças baseadas em estereótipos e preconceitos, para que nossa sociedade se torne mais inclusiva, aprenda a conviver de forma construtiva com a diversidade e com a existência de múltiplas formas de ser e de se relacionar.

Existem muitas pesquisas relacionadas à saúde sexual do público LGBT, porém não são muito explorados os impactos que, por exemplo, a violência física e psicológica – as humilhações, ameaças, xingamentos – têm na saúde mental desses sujeitos. Dessa forma, é importante investigar os processos psicológicos pelos quais as pessoas vítimas de homofobia passam, como ocorrem as construções das identidades sexuais não-hegemônicas e que sentidos são construídos a partir dessas vivências.

Para que, assim, sejam elaboradas formas de enfrentamento, políticas públicas, ações afirmativas que garantam o respeito aos seus direitos, o fim da exclusão e do sofrimento desses sujeitos. E, também, que sejam garantidos o direito à dignidade, liberdade e à universalidade dos direitos sociais que são previstos para todos/as cidadãos/ãs na nossa Constituição Federal de 1988, que desaprova a discriminação e considera a diversidade um valor social. De acordo com o artigo 5º desta, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

É importante ressaltar que a Constituição Federal de 1988, tem como base os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos – em linha gerais, eles visam assegurar o direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, à justiça, à dignidade e à igualdade. Tal documento, que foi aprovado em 1948 na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), é adotado por vários países e seu objetivo é promover internacionalmente os direitos humanos.

As/os psicólogas/os têm um papel importante diante das questões ligadas à diversidade sexual, visto que esse tema é um tabu em nossa sociedade e aqueles/as que não seguem o padrão sexual imposto socialmente são, frequentemente, estigmatizados/as como tendo alguma desordem psíquica, doença ou perversão. E, ainda, existem indivíduos e grupos que agem de forma a querer tratar, “curar”, punir, “corrigir” tais pessoas. Em muitos casos, acabam sendo violentos, desrespeitando os direitos sociais, que são imprescindíveis a todos/as.

De acordo com o Parágrafo Único da Resolução do Conselho Federal de Psicologia N° 001/99 – que define as normas de atuação para os/as psicólogos/as em relação à questão da Orientação Sexual –, “os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades”. Nesse sentido, é vetada qualquer prática que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas. A/o psicóloga/o deve, portanto, contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento de demandas sobre sexualidade e também para o enfrentamento do preconceito e da discriminação contra aqueles/as que não seguem os padrões sociais na esfera da sexualidade. Nesse sentido, as práticas das/os profissionais em Psicologia devem ser voltadas para a promoção do bem-estar das pessoas e da humanidade, e é importante que a identidade do sujeito seja compreendida em sua totalidade.

Serão apresentados, a seguir, os objetivos que orientaram a realização desta pesquisa e, logo depois, as seções teóricas, com discussões teórico-conceituais sobre assuntos relevantes relacionados ao tema desta pesquisa. As seções teóricas estão divididas em três tópicos: 1) Identidades Sexuais: Desmistificando Estereótipos Socialmente Construídos; 2) Identidades de Gênero e Identidades Sexuais: Categorias Relacionais e Políticas; e 3) Relações Familiares: a Importância da Família e o Fundamentalismo Religioso. Posteriormente, será descrita a metodologia utilizada na

pesquisa e depois serão apresentados e discutidos os resultados mais significativos. E, por fim, serão apontadas as considerações finais.

### **Objetivo Geral**

Investigar o sofrimento psíquico e os desafios enfrentados por pessoas com orientações afetivo-sexuais distintas da heterossexualidade.

### **Objetivos Específicos**

- Compreender os significados e sentidos que as pessoas, com orientações afetivo-sexuais distintas da heterossexualidade, atribuem à homofobia, às suas vivências, conflitos, dilemas e necessidades;
- Identificar os impactos que normas, crenças e valores tão enraizados culturalmente têm sobre a construção das identidades sexuais de pessoas com orientações afetivo-sexuais distintas da heterossexualidade e sobre a saúde mental delas;
- Analisar como é a atuação do/a psicólogo/a diante de casos de homofobia, a partir do relato de suas vivências profissionais.

## 1. Identidades Sexuais: Desmistificando Estereótipos Socialmente Construídos

No imaginário popular, tem-se a ideia de que a sexualidade já nos é dada “pronta”, determinada e que todos/as vivenciam seus corpos da mesma forma. Entretanto, as relações com o corpo e com a sexualidade variam de acordo com a época, local, religião, classe, raça. Ou seja, as várias formas de se vivenciar a sexualidade são construídas e definidas socialmente (Louro, 2000). Foucault (1988) considera a sexualidade um "dispositivo histórico", ou seja, ela é criada historicamente pela sociedade por meio de diversas regras, leis, símbolos, discursos morais, filosóficos, científicos, ideológicos relacionados ao sexo, que visam regular as práticas sociais.

Foucault (1979) analisou as complexas redes de poder que “atravessam, caracterizam e constituem” (p. 179) todas as instâncias sociais. Segundo o autor, popularmente, acredita-se na ideia de que o poder é algo negativo, que está ligado à lei e à repressão, que castiga e impõe limites. Contudo, ele, também, nos atenta para o lado produtivo, positivo do poder, ou seja, que “produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (p. 8). Ou seja, o poder é, também, uma forma estratégica de transformação e produção. Ele não busca simplesmente reprimir e impedir as ações das pessoas, mas também controlar, disciplinar e adestrar seus comportamentos, seus corpos.

Segundo Foucault (1979), por trás de tais estratégias, há objetivos políticos e econômicos. No sentido de aumentar a força econômica da população – por meio do trabalho, utilizando ao máximo suas potencialidades e aperfeiçoando suas capacidades – e diminuir a força política – reduzindo sua capacidade de revolta, luta, ou seja, torná-la dócil politicamente.

Os mecanismos de poder agem sobre o corpo humano e suas práticas, há um “controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos” (Machado, 2008, p.12). Define-se o que pode, em que momento e quem pode, determina-se o que é normal ou patológico, permitido ou proibido. Ou seja, as relações de poder agem sobre o corpo, manipulam e orientam as pessoas, criando assim sujeitos “úteis” para o funcionamento e manutenção da sociedade.

Segundo Foucault (1979), as relações de poder só existem e funcionam se houver “uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso” (p. 179). Para o autor, a “verdade” está ligada ao poder, não pode existir sem ele: “ela é lei e produz discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder” (p. 180). Cada sociedade “seleciona” os discursos que devem ou não ter legitimidade, de acordo com os interesses políticos, institucionais e econômicos vigentes, e eles podem se tornar naturalizados, funcionar como “verdadeiros” e direcionar os comportamentos da maioria das pessoas. Por exemplo, as formas como as pessoas significam e lidam com as manifestações da sexualidade variam conforme os valores socioculturais vigentes.

Nota-se que as relações de poder interferem nas produções de discursos e nas práticas sociais. Assim, é importante analisar que por trás dos discursos que restringem o exercício da sexualidade existem estratégias de controle social que, por meio de regras, punições e juízos de valor, modelam as identidades sexuais. Segundo Foucault (1988), normatizar a sexualidade pode ter como objetivo torná-la: “economicamente útil e politicamente conservadora” (p. 37). Uma vez que o controle de fatores demográficos como, por exemplo, a natalidade, a fecundidade e a expectativa de vida têm uma relação direta com o lucro e a produção (Foucault, 1988). Ou seja, quanto maior for o número

de pessoas economicamente ativas, maior será a produção e geração de renda, geralmente concentrada em grupos restritos da sociedade.

As discussões sobre a sexualidade são complexas e vão muito além do que o senso comum normalmente tenta disseminar. Segundo Louro (2000), “a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções; processos profundamente culturais e plurais” (p. 6). Os sujeitos estão inseridos em culturas diferentes e passam por situações distintas, assim a partir de suas experiências definirão o que é tido como natural ou não. Ou seja, os processos de naturalização são construídos socialmente.

Nossas práticas culturais nos constituem, portanto, o biológico é transformado em histórico, “os corpos ganham sentido socialmente” (Louro, 2000, p. 6). Segundo Le Breton (2006), muitos discursos tentam vincular as representações dos corpos ao determinismo biológico, porém os significados atribuídos aos corpos são construídos social e culturalmente.

As identidades sexuais também são construídas histórica e socialmente, e não se restringem a um único tipo de desejo e de comportamento sexual. Portanto, ao longo do tempo e em diferentes culturas, os sentidos atribuídos à sexualidade foram se transformando.

Segundo Borrilo (2010), historicamente o desejo e as relações sexuais ou afetivas entre pessoas do mesmo gênero já foram designadas como “crime abominável, amor vergonhoso, gosto depravado (...) pecado contra a natureza (...)” (p.13). O que nos leva a pensar em que momento outras formas de se vivenciar a sexualidade se tornaram socialmente manifestações tão negativas e perseguidas, e como a heterossexualidade tornou-se hegemônica.

De acordo com Borrillo (2010), na Idade Antiga, entre gregos e romanos, as relações entre homens, em alguns casos, eram consideradas legítimas. A Grécia Antiga, por exemplo, reconhecia a relação sexual entre dois homens e esta tinha a função de um homem mais velho introduzir o jovem na vida sexual, um papel de iniciação que não necessariamente estava desprovido de desejo e prazer. Já na Roma Clássica, estas relações eram permitidas se não atrapalhassem a pessoa em seus deveres com a sociedade, se a pessoa não se envolvesse com alguém de condição socioeconômica inferior e se não mantivesse o papel passivo na relação com um subordinado. Também era exigido que o cidadão casasse e tivesse uma família, ou seja, a bissexualidade ativa era reconhecida socialmente. Ainda segundo o autor, em ambas as sociedades, a virilidade era socialmente valorizada, visto que se acreditava na supremacia do masculino e no patriarcado. Assim, os papéis sociais e o acesso ao poder eram definidos de acordo com o gênero e a condição socioeconômica da pessoa.

Foi com a tradição judaico-cristã que se consolidou o patriarcalismo e foi introduzida a crença de que a sexualidade só pode ser voltada para a reprodução unida ao casamento religioso, visando a preservação biológica e a “conservação cultural da sociedade patriarcal” (Borrillo, 2010, p. 49). Assim se instalou a hostilidade contra aqueles/as que tinham relações afetivo-sexuais com pessoas do mesmo gênero, uma vez que não era possível a reprodução. Eles/as foram categorizados/as como “sodomitas”, ou seja, aqueles/as que pecam contra a natureza e passaram a ser considerados/as excluídos dela (Borrillo, 2010).

Desse modo, para Borrillo (2010), o cristianismo e a Igreja Católica promoveram a “heterossexualidade monogâmica” (p.48), a condenação de qualquer prática sexual que não levasse à procriação e a perseguição e desumanização de quem vivenciasse a sexualidade de outras formas, levando várias pessoas a morrer na

fogueira. Na última versão do Catecismo da Igreja Católica (1992, citado por Borrilo, 2010), podemos perceber o quanto, de forma contraditória, essa instituição – que em muitas situações promove a aceitação e o amor – ainda colabora para a estigmatização dos homossexuais, reforçando a exclusão, perseguição e discriminação destes:

Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves [cf. Gênesis, 19,1-29; Epístola aos Romanos, 1, 24-27; Primeira Epístola aos Coríntios, 6,9-10; Primeira Epístola a Timóteo, 1,10] a tradição declarou incessantemente que ‘os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados’. Eles são contrários à lei natural. Fecham o ato sexual ao dom da vida. Não procedem de uma verdadeira complementaridade afetiva e sexual. Em caso algum, podem ser aprovados (p. 58).

A partir do século XVI, com o advento da ciência moderna e, períodos depois, com o Iluminismo no século XVIII, a sexualidade foi valorizada como objeto do saber, passando a ser estudada cientificamente (Weeks, 1999). Assim, foram construídos diversos conhecimentos sobre a sexualidade, o que modificou a forma como ela era entendida socialmente. Vale ressaltar que a ciência é um dos mecanismos de poder nas sociedades contemporâneas, pois ela produz discursos capazes de controlar e dominar, influenciando o modo como as pessoas se comportam (Foucault, 1988). Segundo Woodward (2000, p.32), "a forma como vivemos nossas identidades sexuais é mediada pelos significados culturais sobre a sexualidade que são produzidos por meio de sistemas dominantes de representação".

No século XIX, o conhecimento sobre a sexualidade passou a ter base científica positivista e a ser estudado pela medicina. Portanto, no lugar do discurso religioso

prevaleceu a racionalização e o discurso médico (Borrillo, 2010; Parker, 1991). Dessa maneira, os sujeitos que vivenciavam a sexualidade de formas diferentes do padrão social deixaram, em grande parte, de serem vistos como “pecadores” e passaram a ser encarados como “doentes”, que precisavam, portanto, de cura e tratamento. E o preconceito e a perseguição continuaram a existir (Borrillo, 2010; Parker, 1991). Em vez de serem denominados de “sodomitas”, tais pessoas passaram a ser classificadas como “homossexuais”, delimitando-se, assim, as identidades sexuais e as características que definem quem faz parte deste grupo (Foucault, 1988).

A Psiquiatria – área da medicina cujo foco é o sofrimento mental – e a patologização da loucura surgiram para controlar a individualidade, delimitando as formas como o sujeito pode se manifestar e como pode se perceber, quais comportamentos são aceitáveis e quais são considerados doenças (Sá & Pereira, 2006). Ainda segundo as autoras, a noção de “doença mental surge como instrumento de padronização” (p.54), pois designa como não se deve ser e faz com que as pessoas sejam “adestradas” na direção dos comportamentos que são socialmente valorizados, domesticando os sujeitos. Pode-se perceber que o saber científico não é imparcial, ele tem o poder de influenciar a constituição da subjetividade e a manifestação da individualidade.

A Organização Mundial de Saúde deixou de considerar a homossexualidade uma patologia somente em 1990 (Parker, 1991). E, ainda hoje, muita gente tenta justificar preconceitos e discriminações referindo-se geralmente ao determinismo biológico e aos dogmas religiosos, alegando que a sexualidade se restringe às relações sexuais entre um homem e uma mulher, pois assim é possível haver reprodução e qualquer outra forma não é considerada “natural”, “normal”. Como se os casais heterossexuais tivessem relações sexuais apenas visando a reprodução, o que não é real.

Segundo Junqueira (2009, p. 29), “a pessoa preconceituosa apega-se às suas crenças, aos sistemas de disposições socioculturais, para procurar responder à ‘ameaça’ que a diferença lhe parece representar”. Assim, o diálogo com estas pessoas se torna difícil, pois há uma repetição de discursos e de ideias, sem reflexões críticas e problematizações. Elas, geralmente, evitam o contato com a dúvida, havendo uma resistência ao que é socialmente considerado diferente.

Por meio da história, pode se perceber que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas também social e política. Assim, reduzir a sexualidade ao campo biológico e reprodutivo é negar as questões subjetivas, o lado relacional, afetivo e social da sexualidade (Butler, 2003).

Segundo Goffman (1988), a sociedade decide como vai categorizar as pessoas e quais características serão consideradas comuns e “naturais” nessas categorias. Assim, nas interações sociais, quando há um contato com um estranho, a pessoa constrói concepções sobre ele e acredita que elas sejam congruentes com a identidade real do sujeito. Se ele não é como supostamente deveria ser e tem um atributo diferente daqueles que são esperados para a categoria na qual ele foi socialmente classificado, ele não será considerado uma “criatura comum e total”, e, sim, “estragada e diminuída” (p.12), não plenamente “humana”.

A relação entre um atributo e um estereótipo é chamado de estigma (Goffman, 1988), ele “constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real” do sujeito e, muitas vezes, “é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem” (p.12). Ou seja, o estigma é uma característica do sujeito que não era esperada pela sociedade, e geralmente esta característica se destaca e outras são ocultadas. Já aqueles que seguem as expectativas sociais são chamados de “normais”.

Atualmente, em nossa sociedade, devido ao longo processo histórico e cultural, a sexualidade assumiu um caráter heteronormativo, ou seja, a prática sexual considerada padrão, “natural” e socialmente esperada é a entre pessoas do gênero oposto e voltada à procriação. Assim, em geral, presume-se que todos/as são heterossexuais, gerando o silenciamento e a invisibilidade de outras formas de expressão da sexualidade (Junqueira, 2010). A heterossexualidade foi normatizada como a única forma legítima de identidade sexual “normal” e as identidades sexuais não-hegemônicas são socialmente consideradas desviantes, inferiorizadas e atacadas, promovendo casos de intolerância, discriminação e preconceito (Lionço & Diniz, 2008; Madureira & Branco, 2007).

Segundo Madureira e Branco (2007), as identidades sexuais são as diversas formas como são subjetivadas as orientações sexuais. Ainda segundo as autoras, “o conceito de identidades sexuais não-hegemônicas se refere a: a) sujeitos que apresentam uma orientação homoerótica e que b) ocupam uma posição social marginal em relação à norma heterossexual nas sociedades ocidentais contemporâneas” (p. 85). Ou seja, estes/as estão em condição de vulnerabilidade e mais propensos/as a ter uma vida marcada pela violência, não havendo segurança em expressar sua identidade sexual livremente.

A construção da categoria citada anteriormente foi possível devido às comparações realizadas com um grupo já existente: o de sujeitos que apresentam orientação sexual hegemônica, a heterossexualidade. Portanto, para definir as características de um grupo, é necessário considerar as características de um outro, uma vez que as características adquirem sentido quando são comparadas com outras, atribuindo-se diferenças (Woodward, 2000). A marcação simbólica das diferenças é

fundamental nos sistemas classificatórios, que dividem as pessoas em pelo menos dois grupos, “nós e eles”, os semelhantes e os diferentes de mim (Woodward, 2000).

Segundo Galinkin e Zauli (2011), o reconhecimento das semelhanças se dá por meio de comparações e presume a existência de diferenças. Assim, marcar a diferença é fundamental para os processos de construção da subjetividade e das múltiplas identidades sociais, pois desta forma a pessoa sabe o que ela é e o que não é, sendo semelhante a alguns e diferentes de outros, pertencendo a determinados grupos e a outros não (Galinkin & Zauli, 2011). Para Sá e Pereira (2006, p. 58), “o contraste é a condição para a percepção”. Desta forma, é por meio da marcação simbólica da diferença que o sujeito se relaciona com o mundo e consigo mesmo.

Porém, quando essa marcação adquire um caráter rígido e separatista, promovendo discursos de ódio e violência, torna-se preconceito – atitudes negativas que o sujeito sente sobre determinado grupo, pessoa, objeto (Pérez-Nebra & Jesus, 2011) –, que pode resultar em discriminação, que é o preconceito posto em ação e que leva à exclusão social. Segundo Madureira (2007a, p.77), “preconceitos são fronteiras simbólicas rígidas, construídas historicamente, com um forte enraizamento afetivo, que acabam por se constituir em barreiras culturais entre grupos sociais e indivíduos”. Ou seja, o outro se torna tão diferente que é visto como inferior e sem valor.

Em relação à sexualidade, homofobia é designar “o outro como contrário, inferior ou anormal” (Borrillo, 2010, p.13). Ou seja, o outro é desumanizado, é aquele com quem eu não quero me identificar, há um distanciamento e negação dele. Para Junqueira (2009), a homofobia pode ser entendida como um conjunto “de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a pessoas homossexuais ou assim identificadas” (p.370).

Por muito tempo, a homossexualidade foi considerada um tabu, algo negativo e abominável, dificultando-se, assim, o conhecimento sobre ela. Geralmente, aprende-se aquilo que é socialmente considerado certo e o resto é ignorado, rejeitado. A sociedade produz, reproduz e atualiza discursos, valores e práticas que legitimam a heterossexualidade como “natural”, o que a coloca num patamar de referência e modelo social, direcionando os comportamentos dos sujeitos. Cria-se uma hierarquização entre as diversas formas de vivência da sexualidade, estabelecendo-se, assim, uma posição de superioridade à heterossexualidade e qualquer outra manifestação se torna inferior, estranha e é, frequentemente, perseguida (Borrillo, 2010).

Muitas pessoas são invisibilizadas, têm seus direitos negados e sua conduta julgada moralmente pelo fato de vivenciarem sua sexualidade de forma diferente da heterossexualidade. A esfera pública interfere na esfera privada, regulando os corpos e comportamentos. A sexualidade é apenas uma das várias dimensões do ser humano, e conforme ressaltou Borrillo (2010), “ela deve ser considerada um dado não pertinente na construção política do cidadão e na qualificação do sujeito de direitos” (p.15).

Para Bourdieu (2005), a opressão por meio da “invisibilização” é uma forma de recusar a existência legítima e pública do outro, impedindo que se expresse abertamente. Assim, muitas vezes, as pessoas com orientações sexuais distintas da heterossexualidade são levadas a aceitar, constrangidas e forçadas, viver de forma discreta e dissimulada as suas experiências afetivo-sexuais. Ainda segundo o autor, há aí um paradoxo entre o medo e a vergonha de ser visto, “desmascarado”, e o desejo de ser reconhecido por pessoas com orientações sexuais semelhantes à sua. O que pode ocasionar intenso sofrimento psíquico.

Na seção a seguir, serão abordadas discussões sobre sexualidade e gênero, destacando a forte relação existente entre sexismo e homofobia.

## **2. Identidades de Gênero e Identidades Sexuais: Categorias Relacionais e Políticas**

Quando pensamos em identidades sexuais, torna-se indispensável abordar as questões de gênero. Histórica e socialmente, foram construídos significados culturais para as diferenças percebidas entre os corpos dos homens e das mulheres, que estabelecem o que é considerado ser mulher e o que é considerado ser homem, além de estruturarem as percepções e interações sociais cotidianas (Scott, 1995).

Segundo Laqueur (citado por Costa, 1996), até o século XVIII, o pensamento ocidental – orientado pela visão neoplatônica científica e religiosa – baseava-se na ideia de que só havia um sexo (one-sex model), ou seja, acreditava-se que homens e mulheres tinham os mesmos órgãos genitais, porém considerava-se que “a mulher era um homem invertido e inferior” (p. 69). Pois existia um modelo metafísico ideal do corpo humano, que somente o homem “alcançaria”, e como a mulher não “consegua” chegar a esse estágio, ela era considerada uma variação inferior do homem. Assim, por muito tempo, as mulheres foram tratadas como diferentes e inferiores em relação aos homens.

No século XVIII, com o Iluminismo e as revoluções burguesas, houve mudanças na realidade social e a mulher passou a ser considerada igual ao homem, pois o que importava era o indivíduo e não seu corpo (Costa, 1996). Isso foi considerado um problema, pois a subordinação da mulher trazia diversos benefícios sociais, políticos e econômicos, principalmente para os homens, e se eles e elas fossem considerados iguais, haveria a perda de privilégios. Assim, buscando reverter esta situação, as diferenças anatômicas e fisiológicas entre os corpos dos homens e mulheres tornaram-se politicamente importantes. Essas diferenças passaram a ser vistas como descontínuas e opostas, e passou a existir dois sexos diferentes (two-sex model) (Laqueur, citado por Costa, 1996).

Para Costa (1996, p.75), “marcar o corpo com a diferença de sexos significou instaurar a desigualdade, a descontinuidade, a oposição e a complementaridade naturais onde havia uma controversa e incômoda igualdade jurídico-política”. Ou seja, os novos discursos sobre as distinções biológicas entre os sexos não significaram apenas um “avanço” do conhecimento científico. Essas novas interpretações sobre os corpos, também, foram úteis na delimitação dos papéis e práticas sociais e morais entre os indivíduos.

A partir das diferenças identificadas entre os sexos biológicos construiu-se socialmente o que é ser homem e o que é ser mulher. Ou seja, de acordo com as diferenças biológicas dele ou dela, foram definidos quais seriam as suas características, suas qualidades e que padrões de comportamento deveriam ter (Costa, 1996).

Legitimou-se que a mulher é “naturalmente” frágil, passiva e sensível, e, desta forma, visando sua proteção, ela deve se recolher à vida privada e cuidar da família. Já o homem é “naturalmente” um ser dominador, viril, violento e que dispõe da força e poder. Portanto, a ele cabe a vida pública e política (Costa, 1996).

Assim, constituíram-se relações hierárquicas e desiguais entre homens e mulheres. Em outras palavras, fronteiras simbólicas rígidas que delimitam de forma não permeável as diferenças entre eles e elas (Madureira, 2007a; Madureira & Branco, 2012). Relações em que um domina e o outro é dominado, gerando uma subordinação do feminino ao masculino, uma diferenciação rígida e hierárquica que permite a dominação e controle das mulheres (Scott, 1996). Segundo Le Breton (2006), as diversas qualidades físicas e morais atribuídas aos homens e mulheres definem suas relações com o mundo e as entre si.

Diversos discursos atribuem as relações desiguais entre homens e mulheres às suas diferenças biológicas. Porém, de acordo com Bourdieu (2005), as características

associadas a cada gênero são resultado de "um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social" (p.9). Desse modo, não podem ser justificadas com base na natureza, pois são construídas socialmente. Para Le Breton (2006), a relação com o corpo é construída por meio dos pertencimentos culturais e sociais. Dessa forma, as características físicas e morais de homens e mulheres não estão fixadas e submetidas a um destino biológico. As características biológicas, portanto, não determinam se a pessoa será homem ou mulher, isto se dá por meio da construção social.

Para Scott (1996), o termo gênero é uma categoria analítica que indica uma rejeição ao determinismo biológico e enfatiza "o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade" (p.72) e, também, da masculinidade. Ou seja, entende-se que as identidades subjetivas são construídas política e socialmente, e nega-se a diferenciação hierárquica e a oposição binária estabelecida entre homem/mulher, feminino/masculino.

Tais crenças e significados culturais acerca das identidades de gênero – as diversas formas de ser homem e ser mulher – estão fortemente relacionadas com os comportamentos sexuais, e, geralmente, controlam, caracterizam e delimitam quais práticas são socialmente aceitas para eles e para elas; as experiências corporais; e o que cada um/a pode ou não fazer e desejar. Estabelecendo, assim, fronteiras simbólicas rígidas entre a masculinidade e a feminilidade (Madureira, 2007a). Por exemplo, o processo de construção da masculinidade heterossexual hegemônica é acompanhado pela constante demonstração de virilidade e de força, e de rejeição, negação e exclusão da feminilidade e da homossexualidade (Junqueira, 2009, 2010).

Para Madureira e Branco (2007), tradicionalmente, as identidades de gênero e as identidades sexuais são compreendidas como naturais e estáticas, e são consideradas

como “marcas inscritas nos corpos” (p.83) que não têm relação com os contextos socioculturais dos quais o sujeito faz parte. Acredita-se que, de acordo com o sexo biológico (macho/fêmea) do sujeito, ele terá um tipo de comportamento social específico (masculino/feminino) e que só há um tipo de desejo sexual (hetero) (Borrilo, 2010; Louro, 2004). Ou seja, há a crença de que o gênero tem relação de causalidade linear com os desejos e os comportamentos afetivos-sexuais. E essa relação não admite a diversidade de formas ou variações de ser e estar no mundo. Dessa forma, segundo Borrilo (2010), “a suspeita da homossexualidade é sentida como uma traição suscetível de questionar a identidade mais profunda do ser” (p.26).

Para Madureira (2007a), a homofobia e o sexismo “são invenções culturais que contribuem para o contínuo processo de criação e manutenção de fronteiras simbólicas rígidas entre grupos sociais e indivíduos” (p. 78). Funcionam como um sistema de controle social, que se retroalimenta, definindo as práticas e significados que são socialmente aceitos, estabelecendo barreiras e limites rígidos entre a feminilidade e a masculinidade, e, também, entre a heterossexualidade e as identidades sexuais não-hegemônicas, qualificando uma e desqualificando as outras. Muitas vezes, as identidades sexuais não-hegemônicas são percebidas como um defeito na identidade de gênero (Madureira, 2007a).

Há uma constante vigilância e controle para que essas fronteiras não sejam transgredidas. Quando isso ocorre, o sujeito torna-se vulnerável a sofrer violência, intolerância ou é visto com estranhamento, pois ele não está agindo conforme é socialmente esperado, contrariando as expectativas sociais (Madureira, 2007a; Madureira & Branco, 2012). O que acaba, portanto, restringindo as possibilidades que os sujeitos têm de vivenciar experiências e práticas diversas.

Para Borrillo (2010, p. 8), a homofobia pode ser vista como “um dispositivo de vigilância das fronteiras de gênero que atinge todas as pessoas, independentemente da orientação sexual”, variando em graus e modalidades. Assim, a divisão dos gêneros e a heteronormatividade se tornam mecanismos utilizados para manter a ordem social.

Ainda de acordo com Borrillo (2010, p. 22), a homofobia pode ser caracterizada por dois aspectos diferentes: a dimensão pessoal, que está ligada à natureza afetiva (homofobia psicológica) e “se manifesta pela rejeição dos homossexuais”, e a dimensão cultural, de natureza cognitiva (homofobia social), em que o objeto de rejeição é “a homossexualidade como fenômeno psicológico e social”.

Muitas vezes, as sexualidades não-hegemônicas são aceitas e toleradas se mantidas no âmbito privado, mas tornam-se socialmente inaceitáveis a partir do momento que tentam se igualar à heterossexualidade e ter os mesmos direitos reconhecidos (Bourdieu, 2005). Ou seja, a homofobia é também o medo de que outras formas de expressão da sexualidade, diferentes da heterossexualidade, sejam legitimadas e aceitas pela sociedade, promovendo a perda de privilégios socialmente estabelecidos.

Para Madureira (2007b), a homofobia não é meramente um sentimento irracional, uma questão individual ou cognitiva. É um fenômeno que envolve complexas relações entre as dimensões afetiva e cognitiva que perpassam o nível subjetivo e o nível sócio histórico-cultural dos seres humanos e de suas relações. A homofobia legitima os desejos, as práticas e as identidades sexuais que estão de acordo com os valores sociais hegemônicos, ancorados na heteronormatividade.

Aqueles/as que vivenciam a sexualidade de formas diferentes dos padrões socialmente construídos são, muitas vezes, subjogados, têm suas práticas negadas como legítimas, há carência de referências culturais, têm seus direitos contestados e sofrem

discriminação quase que cotidianamente. Muitas vezes, tais experiências são tão significativas “que marcam a consciência, inscrevem-se no corpo e na memória da vítima e moldam suas relações com o mundo” (Junqueira, 2010, p. 214). E esse ódio que recebem da sociedade pode se transformar em ódio contra si mesmos, levando o sujeito a lutar contra os seus desejos e a rejeitar sua sexualidade, provocando “sentimento de culpa, de ansiedade, de vergonha e depressão” (Borrillo, 2010, p. 101).

Segundo Junqueira (2009), a homofobia é um grave problema social no Brasil, ela é “fator de sofrimento e injustiça” (p.26), pessoas são humilhadas, oprimidas, condenadas moralmente e perdem muitos de seus direitos como cidadão/ã por não se encaixarem no padrão sexual imposto socialmente, ancorado na heteronormatividade. Dessa forma, nota-se que a homofobia está tanto no plano individual e psicológico quanto no social e político (Borrillo, 2010).

Existe uma cultura que a todo momento reforça a hegemonia da heterossexualidade, naturalizando-a, e reafirmando a inferioridade das outras formas de ser e estar no mundo, marginalizando-as. Diante deste cenário, a primeira reação de grande parte da sociedade é se posicionar contra tais práticas.

De acordo com Lionço (2009), “a orientação sexual não afirma nada além da característica do objeto de desejo: se é do mesmo sexo e/ou de outro sexo em relação àquele que deseja” (p. 4). Porém, segundo Madureira e Branco (2007), em nossa sociedade, existe a ideia de que a identidade sexual do sujeito revelaria muito sobre suas qualidades morais. Ou seja, como atualmente apenas a heterossexualidade é socialmente valorizada, muitas pessoas acreditam que aqueles/as que não são heterossexuais seriam pessoas promíscuas, imorais e condenadas à infelicidade. Assim, elas podem acabar agindo no sentido de corrigir e normalizar as pessoas que apresentam identidades sexuais não-hegemônicas.

Muitas crenças são compartilhadas entre os diferentes grupos sociais. Dessa forma, aquele/a que é estigmatizado/a pode acreditar que não é uma “pessoa normal”. Portanto, não mereceria um destino agradável e não teria oportunidades positivas na vida (Goffman, 1988). Inclusive, muitas pessoas com orientações sexuais não-hegemônicas têm essa crença enraizada e acreditam que não são “normais”. E, em alguns casos, para elas se sentirem aceitas, serem tratadas como iguais e atenderem às expectativas dos/as outros/as acabam tendo que se dedicar ainda mais, internalizando exigências e cobranças em relação a si mesmas (Junqueira, 2010). Essa seria uma forma de “compensar” algo que lhes “falta”, a heterossexualidade, e de se sentirem incluídas ao grupo. Tais situações podem gerar intenso sofrimento e a auto culpabilização e anulação.

A auto anulação é constantemente reforçada pelas interações sociais e ocupacionais, que geralmente são baseadas em um estilo de vida e experiências heterossexuais e promovem a invisibilidade de outras formas de vivência da sexualidade (Sanders, 2002). Assim, essas expectativas sociais para que o sujeito seja heterossexual são internalizadas e ao se perceberem “diferentes” do que é socialmente esperado, o sofrimento psíquico pode ser muito intenso. Em contrapartida, ter alguém com quem a pessoa possa se identificar ou que seja referência, pode facilitar o processo de auto aceitação, o orgulho em relação a si mesmo e ter perspectivas positivas para o futuro (Sanders, 2002). Pois contar com uma rede de apoio pode oferecer suporte social e afetivo, de modo significativo.

Aqueles/as que não são heterossexuais, acabam tendo que decidir entre “sair do armário”, a autoafirmação e o risco de ser rejeitado ou a permanência no “armário” e a autoanulação para atender às expectativas e demandas sociais e familiares (Sanders, 2002; Sedgwick, 2007). Segundo Madureira e Branco (2007), em uma sociedade

perpassada pela homofobia, muitas pessoas têm receio em revelar a própria orientação afetivo-sexual nas relações sociais e acabam construindo “uma rede intrincada de ‘ditos’ e ‘não-ditos’” (p. 86). O indivíduo acaba tendo que fazer um investimento pessoal para lidar com as revelações e ocultamentos – quem sabe e quem não sabe sobre a orientação afetivo-sexual – e para manter esta rede, o que pode gerar intenso sofrimento psíquico.

Para Sanders (2002), em muitos casos, as pessoas com orientações afetivo-sexuais não-hegemônicas são levadas a manterem suas orientações em segredo, para evitar os julgamentos, os sofrimentos e as exclusões. E acabam agindo, muitas vezes, do modo que é esperado pela sociedade, sendo como supostamente “deveriam ser”, seja no modo de se vestir, de se comportar ou com quem se relacionar.

Percebe-se, portanto, que a homofobia pode ter um efeito altamente destrutivo no sujeito, que o leva a desvalorizar suas experiências pessoais. Para Sá e Pereira (2006), existem momentos em que a relação do indivíduo consigo mesmo é manipulada, ocorre uma “auto-imposição da disciplina” (p.55), em que o próprio indivíduo se orienta na direção dos valores sociais vigentes. Assim, a subjetividade é gerada e gerida por saberes que se constituem e se legitimam por meio das relações de poder, de acordo com os interesses de determinadas instituições sociais que variam conforme a época e o contexto cultural.

Nem sempre é possível identificar qual a identidade sexual do sujeito apenas ao observá-lo. Assim, muitas pessoas acabam mantendo sua orientação afetivo-sexual não-hegemônica em segredo, no âmbito privado. Ou seja, no contexto de uma sociedade perpassada pela homofobia, permanecem no “armário”, para evitar as consequências negativas e perigos que essa revelação pode proporcionar tanto para elas mesmas quanto para aqueles/as que fazem parte do seu convívio (Sedgwick, 2007). De tal modo, o “armário” acaba impondo diversas restrições à pessoa, que constantemente tem que se

regular, limitar seus comportamentos e ocultar sua identidade sexual. Já aqueles/as que não se mantêm em segredo e tem sua identidade sexual revelada publicamente, a cada contato com novas pessoas passam por todo o processo de revelação novamente, pelo desgaste emocional, estranhamento e discriminações. Dessa forma, o sujeito tem que construir e buscar estratégias para sobreviver e resistir, muitas vezes, sem o apoio e suporte da própria família (Sedgwick, 2007).

Segundo Sanders (2002, p. 236), existe uma diferença importante entre o segredo, a “necessidade de manter algo para si mesmo” para evitar prejuízos em diferentes contextos de sua vida, devido a homofobia; e a privacidade, que é a “opção por manter algo para si mesmo” e poder escolher se quer compartilhar tal informação e em que níveis. Este dilema entre o público e o privado, o segredo e a revelação, direito à privacidade e garantia de liberdade de expressão é constante entre aqueles/as que não vivenciam a sexualidade da forma hegemônica, já que cada situação pode proporcionar perdas e/ou ganhos (Sanders, 2002).

O “armário” acaba tornando-se, portanto, um dispositivo de regulação da vida destas pessoas (Sedgwick, 2007). Diante desse contexto, muitos podem não saber o que fazer, como e quando revelar sua orientação afetivo-sexual. A revelação pode ter vários riscos e efeitos na vida do sujeito, uma vez que existem variadas formas de significação social. “Sair do armário” pode ter diversos sentidos e significados: ser um ato pessoal ou político, poderoso, transformador ou destrutivo (Sedgwick, 2007).

Quando a revelação é concretizada, geralmente quem recebe a notícia tem dificuldades em acreditar no fato e aceitá-lo. Assim, costumam negar, mencionar que é só uma fase que irá passar, questionar a pessoa sobre suas certezas ou indicar um psicoterapeuta (Sedgwick, 2007). Essa forte resistência social em relação às identidades afetivo-sexuais não-hegemônicas pode interferir na auto aceitação do sujeito que não se

adequa ao padrão, gerando insegurança e baixa autoestima. Assim, para que ele se aceite pode ser necessário que aqueles/as a quem se atribui importância o reconheçam desta forma, despertando sentimentos de autenticidade e valorização. Além disso, é importante que haja uma rede de apoio fortalecendo, empoderando, acompanhando e ajudando-o na ressignificação de crenças e valores socialmente aprendidos que, muitas vezes, são vistos como “verdades absolutas” (Sedgwick, 2007).

Para Borrillo (2010), manifestar publicamente a homossexualidade pode ser um momento libertador, de negação da socialização heteronormativa, “de justificação social e de inscrição em uma identidade sexual” (p.103). É importante que todos/as reivindiquem o direito sobre suas vidas e experiências, aumentando a autoestima e afirmando as diferenças.

De acordo com Sanders (2002, p. 243), também é necessário que haja a aceitação do direito de uma pessoa ao amor – que é algo “internamente sentido e, ainda assim, interpessoalmente orientado”, experiência afiliadora positiva e auto-afirmadora - mesmo que haja um custo para o sujeito.

Dessa forma, o/a psicoterapeuta pode aliar-se profissionalmente ao cliente, sendo empático/a e respeitando suas decisões pessoais. Ajudando-o a refletir positivamente sobre suas experiências, sistemas de crenças, o que valoriza e quer para a vida; a validar suas histórias e atrações; a buscar fatores que valorizem a vida e aumentem a autoestima. E, também, a externalizar os sentimentos do cliente; a superar o isolamento emocional, por meio da reconstrução das relações interpessoais; a pensar sobre os efeitos do segredo em sua vida e contribuir para que a pessoa assuma o controle sobre sua própria vida (Sanders, 2002). Portanto, cabe ao/à psicólogo/a atuar na direção da promoção da saúde mental dos indivíduos.

Segundo Figueiredo e Santi (2010), a Psicologia se interessa pela “experiência subjetiva dos indivíduos” (p. 87) e também pela forma como as normas sociais interferem neste fenômeno, uma vez que o ser humano não age de maneira isolada e está inserido em contextos sociais, culturais, econômicos e políticos.

A Psicologia pode atuar como uma importante rede de apoio para àqueles/as que estão passando por diversos conflitos por terem uma orientação afetivo-sexual distinta da heterossexualidade. Muitas vezes, estas pessoas estão intensamente fragilizadas em termos emocionais e não têm o suporte da própria família, como será discutido na próxima seção.

### 3. Relações Familiares: a Importância da Família e o Fundamentalismo Religioso

Segundo Toledo (2013), não há uma definição homogênea acerca do que representa a família. Entretanto, atualmente, ela caracteriza-se, em sua maioria, por relações baseadas em laços afetivos em que existem “sentimentos como de amor, de responsabilidade um para com o outro, de respeito, proteção, fraternidade e reconhecimento, assim como também em sentimentos de posse, temor e autoridade uns sobre os outros” (p.338). No âmbito familiar, ocorrem as primeiras aprendizagens e interações sociais dos sujeitos. A família assume (ou deveria assumir) funções de proteção, física e emocional, de socialização de seus membros e de estimulação da capacidade afetiva (Toledo, 2013).

Para Schulman (2010, p.76), a família deveria ser uma rede de “refúgio das crueldades da cultura”, porém, muitas vezes, é onde, infelizmente, se inicia a homofobia, intolerância, inferiorização e exclusão. A autora denominou tal fenômeno de “homofobia familiar”. Neste contexto, os/as filhos/as estão propensos/as a serem tolerados/as e punidos/as, devido a sua identidade sexual não-hegemônica, com pequenos desrespeitos até níveis explícitos de violência e exclusão. Segundo a autora, a situação é ainda mais difícil quando o/a filho/a é o/a único/a “diferente” da família, tornando-se o bode expiatório em que “os outros depositam suas deficiências e ressentimentos” (p. 76).

Existe uma grande dificuldade em “sair do armário” para as pessoas mais próximas, como a família e cônjuge, pois, geralmente, são pessoas mais íntimas e o vínculo afetivo é mais forte e significativo, podendo gerar sentimentos de medo e de insegurança, uma maior preocupação com a possibilidade de rejeição e em causar prejuízos ainda maiores às relações familiares. Segundo Sanders (2002), pode acontecer

de, no momento em que o indivíduo está preparado para confrontar as crenças, a família não estar, pois as vivências de cada pessoa, o tempo que estão em contato com tais questões e o modo como enfrentam as situações são diferentes. Necessitando que haja cautela sobre o que será feito em relação à tal situação e quais serão as consequências de cada ação.

A revelação pode causar sentimentos incômodos nos membros da família. Muitas vezes, acontece de o/a filho/a “sair do armário” e os pais “entrarem”, uma vez que surgem sentimentos de vergonha, medo dos julgamentos, receio de expor a família e a comunidade (Sedgwick, 2007). Para Toledo (2013), em muitos casos, os pais são julgados pela comunidade “como sendo ‘os responsáveis’ pelo ‘desvio sexual’ de seus filhos, fracassados na formação de ‘verdadeiros’ homens e mulheres para a sociedade” (p.363).

A aceitação social, a forma como os membros do grupo se compreendem e o sentimento de pertença costumam ter um valor pessoal importante, o que torna tal processo desgastante. Segundo Torres (citado por Toledo, 2013, p. 341), “através da relação com o outro significativo obtenho recompensa e gratificação pessoal, construo uma maneira de ver o mundo e de me ver enquanto indivíduo”.

Em geral, os pais são responsáveis por apresentar o mundo para os/as filhos/as e têm forte influência sobre suas formas de ser, de perceber o mundo e a si mesmos/as. Construindo, assim, uma lealdade inconsciente no sistema familiar que é capaz de conservar a fidelidade de segredos para promover o funcionamento do grupo e, às vezes, os pais pedem isso aos/às filhos/as. Porém, com o passar do tempo, tal posicionamento pode mudar, na busca pela autenticidade (Mason, 2002).

Antes e após os/as filhos/as nascerem, a família constrói expectativas e planos para suas vidas. Idealizam um futuro e quando ele não acontece, essa família pode se

sentir decepcionada e passar pelo processo de perda e luto dessas vivências que eram esperadas. Os pais costumam ter muita dificuldade em aceitar os/as filhos/as como alguém diferente do que imaginavam, do que é tido socialmente como “normal”. Assim, alguns podem achar que é uma forma de castigo, que falharam em algum momento na criação e/ou culpar a si mesmo ou uma figura externa pela transformação de seu/ua filho/a (Toledo, 2013).

Ainda segundo Toledo (2013), após a revelação, alguns pais podem deixar de perceber o/a filho/a como ele/a sempre foi e passar a compreendê-lo/a como “homossexual com todos os estigmas depositados sobre esta imagem” (p. 354). Assim, o processo de elaboração e conscientização dessa “nova” realidade, e a desconstrução de preconceitos e tabus, pode levar um tempo e ser muito doloroso para todos os/as envolvidos/as. Portanto, é importante que haja um suporte a essa família que a auxilie a perceber o caráter afiliativo das relações afetivo-sexuais não-hegemônicas e a passar por esse momento de tristeza, que é uma preparação emocional para o surgimento de um novo tipo de relação entre os membros dessa família (Sanders, 2002).

Sedgwick (2007) afirmou que: “contra o medo de ser morto (ou desejado morto) pelos pais numa tal revelação, é provável que ocorra a possibilidade, muitas vezes imaginada com maior intensidade, de que a revelação os mate” (p. 39). Pode-se perceber nesse trecho o quanto os processos de autoconhecimento, de aceitação e de consciência das diferenças são complexos e geram conflitos e medos. Pois, ao mesmo tempo em que a pessoa pode estar em conflito por ser reconhecer como diferente do padrão, ela tem que lidar com as cobranças sociais e dificuldades dos outros em lidar com essa questão. Desta forma, para facilitar o enfrentamento destas questões, vale ressaltar a importância de ser estimulada a construção de vínculos empáticos e redes de

apoio com os contatos sociais, especialmente com aqueles que são significativos para a pessoa.

Diante da revelação dos/as filhos/as, os pais podem reagir de diferentes formas. As diversas reações podem estar relacionadas a fatores como: o tipo de vínculo e relação construídos entre pais e filhos/as e entre irmãos/ãs; os sentimentos que afetam os membros da família entre si. E, também, podem estar relacionadas ao quanto e como a família está conectada aos valores, às crenças, à ética, à tradição, aos fundamentalismos religiosos e ao moralismo social; à forma que entende os direitos humanos, a autonomia e as decisões individuais e à maneira que se dá a comunicação e respeito às diferenças (Toledo, 2013).

A religião é uma dimensão importante para muitos indivíduos em nossa sociedade, ela pode orientar e promover práticas positivas e construtivas, favorecer a construção de vínculos e oferecer suporte emocional e social às pessoas. Porém, também, podem agir na direção de querer “corrigir” ou “salvar” aqueles/as que não se adequam às normas socialmente construídas. Assim, muitas vezes, a igreja e seus membros excluem e discriminam aqueles/as que são considerados/as “diferentes”.

Segundo Vainfas (1992), no ocidente, o cristianismo foi responsável por criar múltiplas manifestações morais sobre o corpo e o sexo, “que se articularam e se opuseram conforme a época” (p. 85). A “problemática cristã da carne” estava ligada à ideia de renúncia, que variava conforme as vontades políticas e sociais do clero, dos nobres e reis. Em geral, recusou-se o prazer, pois ele era considerado como mal em si e um obstáculo para aqueles/as que almejavam a salvação eterna.

Ainda segundo o autor, no início do cristianismo, o casamento e a família não eram prioridades. Valorizava-se, principalmente para as mulheres, a virgindade, a continência e a renúncia da carne e dos prazeres para ganhar o “Reino dos Céus” (p.7).

Um discurso feito para controlá-las e pouco se debatia sobre os desejos dos homens. A procriação era reprovada e advertida, a gravidez era vista como sinônimo de dor e sofrimento. O casamento era considerado fonte de angústia, inquietação e turbulências, já o corpo virgem era associado à liberdade e serenidade.

No século IX, como forma de controlar os desejos “desregrados”, o casamento tornou-se uma alternativa aceitável, tolerável, contanto que fosse monogâmico e indissolúvel. Assim, aprisionou-se “o desejo tirânico numa união estável” (Vainfas, 1992,p. 14). O prazer foi permitido entre o marido e a esposa, porém o excesso e outras variações dele eram condenadas. Neste momento, não havia o exercício do amor no casamento, pois amar significava “entrar na religião, dedicar-se à contemplação e à caridade” (p.50).

Nos séculos XII e XIII, o casamento tornou-se mais aceito e uma prática social difundida. Passou a ser um sacramento da igreja e foram definidas normas e princípios sobre ele. O casamento era uma forma de ligar as linhagens das famílias, transmitir heranças e estabelecer relações de poder (Vainfas, 1992).

Neste período, houve, também, a codificação da moral e a valorização do método confessional, para que a igreja pudesse saber o que acontecia nas relações conjugais. Assim, foi estruturada uma forma de ter maior domínio dos atos, podendo dizer o que era permitido ou proibido, normal ou abominável. A confissão passou a ser uma forma de identificar as intenções e possíveis transgressões das pessoas (Vainfas, 1992).

Os comportamentos sexuais proibidos eram chamados de “sodomia” e seu primeiro grande significado estava relacionado à animalidade. Em seguida, seu significado era de desvios da genitalidade. E seu terceiro significado, estava ligado ao coito anal e também às relações entre homens (Vainfas, 1992). Ou seja, a relação entre

dois homens era considerada um desvio radical da natureza, um pecado e algo perverso. Portanto, deveria ser condenada e punida, o que levou a diversos casos de violência contra tais pessoas, como, por exemplo, a mutilação, castração e morte na fogueira.

Podemos perceber que, ao longo da história, construiu-se estratégias de controle sobre a sexualidade das pessoas, que foi orientada de acordo com os interesses econômicos, políticos e sociais vigentes em cada época. Restringindo e padronizando os tipos de manifestações da sexualidade que seriam permitidos socialmente.

Segundo Santos (2014), por um lado, muitos valores do cristianismo foram disseminados pelas sociedades ao longo do tempo, em contrapartida “o Cristianismo institucional foi relegado para o governo da esfera privada, a esfera das decisões autônomas e voluntárias dos indivíduos” (p. 36). Porém, nas últimas décadas, tais demandas estão sendo questionadas por diversas instituições religiosas e há uma crescente reivindicação para que a religião faça parte da vida pública. Ou seja, para que haja “a intervenção da religião, como mensagem divina, na organização social e política da sociedade” (p. 38). Atualmente, muitas lideranças cristãs estão inseridas no cenário político e tomam decisões pautadas em suas crenças religiosas pessoais. Dessa forma, podem acabar privilegiando determinados grupos sociais e ameaçando os direitos humanos de outros.

De acordo com Santos (2014), atualmente, existem as teologias pluralistas e as fundamentalistas. As teologias fundamentalistas são aquelas baseadas na revelação – no discurso divino considerado eterno, incriado – que normalmente está ligada à Escritura Sagrada. Assim, segundo essa visão, a organização social e política da sociedade deve ser orientada de acordo com a interpretação literal dos livros sagrados, dispensando a interpretação humana e sendo acontextual. Já as teologias pluralistas, procuram um equilíbrio entre a revelação e a razão humana, ou seja, a revelação tem que ser acessível

à razão humana e ser cumprida de acordo com o contexto social e político de determinada época. Em outras palavras, para as teologias pluralistas, é importante que o ser humano tenha pensamento criativo e seja autônomo e que reflita sobre seus comportamentos e crenças em vez de repetir o que lhe orientam.

Para Borges (2010 citado por Santos, 2014, p. 41), o fundamentalismo é um pensamento apoiado em uma “determinada concepção de verdade, que se confunde com a posse do Fundamento”. Dessa forma, em geral, a teologia fundamentalista cristã considera que só existe uma verdade absoluta – a escritura sagrada (Bíblia) –, que é destinada a todos/as, que não varia conforme a época e que deve ser reconhecida como autoridade moral e cumprida por todos/as. Assim, busca expandir as crenças e valores cristãos para as estruturas do Estado, agindo muitas vezes com o objetivo de homogeneizar a sociedade, que é tão diversa e plural.

O fundamentalismo religioso não reconhece a diversidade e, muitas vezes, utilizando (pretensamente) justificativas divinas, promove a intolerância e a exclusão. E não é a favor da liberdade, da dignidade humana e do bem-estar de todos/as. Limitando, inclusive, as formas de expressão da sexualidade, os direitos sexuais e sobre os usos dos corpos, já que para o Cristianismo a sexualidade deve ser exercida apenas por pessoas casadas e voltada à reprodução.

Muitas instituições e pessoas religiosas têm discursos e atitudes homofóbicas. Consideram as orientações distintas da heterossexualidade anormais, antinaturais ou inferiores. Assim, aqueles/as que não são heterossexuais e foram educados num contexto social em que a religiosidade é valorizada, podem desenvolver diversos sentimentos e emoções negativas em relação a si. Como, por exemplo, eles/as se sentirem segregados/as, “pecadores/as”, “anormais” e/ou que precisam de “salvação” ou “correção”. E, ainda, os pais podem utilizar argumentos religiosos para punir seus/as

filhos/as, tornando o ambiente e as relações familiares estressoras e desencadeadoras de sofrimento.

Para melhor investigar as questões discutidas acima, na próxima seção, serão apresentadas algumas considerações sobre a metodologia utilizada na pesquisa.

#### 4. Metodologia

Na presente pesquisa, foi utilizada a metodologia qualitativa que, segundo Minayo (2011), tem como objetivo analisar, interpretar e compreender de forma profunda a complexa realidade social, suas relações, seus processos e seus fenômenos. O foco da pesquisa qualitativa é estudar “o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2011, p.21). Além disso, a pesquisa qualitativa trabalha “com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade” (p. 24).

Para González Rey (2005), a pesquisa qualitativa analisa a produção de sentido subjetivo do sujeito e a forma como esta se conecta com os diferentes processos e experiências da vida social dele. Em uma pesquisa qualitativa, a realidade é considerada complexa e o desenvolvimento psicológico humano é reconhecido como fenômeno dinâmico, complexo e constituído pelos contextos histórico-culturais em que o sujeito se encontra inserido (Madureira & Branco, 2001).

Vale ressaltar que as discussões epistemológicas relativas a deste estudo são baseadas na Epistemologia Qualitativa desenvolvida por González Rey (2005), que se fundamenta em três princípios sobre a construção do conhecimento: 1) o conhecimento tem um caráter construtivo-interpretativo; 2) a produção do conhecimento é um processo interativo, dialógico e 3) a singularidade é reconhecida como instância de produção do conhecimento científico. Porém, cabe esclarecer que, no plano metodológico, foram utilizados instrumentos mais estruturados que facilitam o posterior trabalho de análise das informações construídas.

Para a construção do conhecimento no contexto desta pesquisa, participaram seis pessoas. Dentre eles/elas, três psicólogos/as que atuam nas áreas da saúde ou clínica

(grupo A) e três pessoas com orientações afetivo-sexuais diferentes da heterossexualidade, que se reconheçam desta forma (grupo B).

Segundo Gaskell (2002), a entrevista na pesquisa qualitativa é uma forma de acessar as representações que os atores sociais constroem em relação às suas vivências. Assim, para explorar os significados que os/as participantes atribuem às suas experiências e entender o fenômeno da homofobia, foram utilizados dois procedimentos metodológicos distintos para atender às especificidades de cada grupo. Com o grupo A, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas de forma integrada à apresentação de diferentes imagens previamente selecionadas (fotografias). E com o grupo B, foram realizadas entrevistas individuais abertas, na forma de narrativas pessoais. Ou seja, foram utilizadas duas modalidades de entrevista distintas.

A entrevista semiestruturada proporciona um espaço dialógico de troca e interação onde são construídos, em conjunto, significados pelo/a entrevistador/a e entrevistado/a (Madureira & Branco, 2001). O/a entrevistador/a utiliza um roteiro contendo perguntas principais sobre o tema da pesquisa, que podem ser complementadas por outras questões que surjam no momento (Minayo, 2011).

Já as narrativas pessoais são usadas principalmente no campo de saúde mental. Segundo Vasconcelos (2005, p. 243), elas “têm uma importância fundamental como revelador das estruturas implícitas, das representações coletivas e dos processos psíquicos associados à saúde e doença mental em nossa sociedade e em nossas particularidades culturais”.

Neste procedimento metodológico, o/a pesquisador/a pede para que o sujeito relate, em primeira pessoa, sua história pessoal, suas dificuldades, conquistas e estratégias de enfrentamento em relação ao sofrimento psíquico. Durante a narrativa, o/a pesquisador/a pode fazer perguntas sobre o que está sendo dito, e todo o depoimento é

registrado por meio da escrita ou da gravação, com o consentimento do/a participante (Vasconcelos, 2005). Nesta pesquisa, as entrevistas foram registradas por meio da gravação.

Para muitas pessoas, não é fácil falar abertamente sobre sua vida pessoal, principalmente se passaram por situações difíceis e de intenso sofrimento. Revisitar a própria história de vida é uma tarefa difícil, mas necessária, pois esta experiência possibilita o "contato com dimensões fundamentais do ser" (Vasconcelos, 2005, p.17). Favorecendo, portanto, o autoconhecimento e a atenção a si mesmo/a. Ainda segundo o autor, este tipo de experiência pode capacitar os sujeitos que as vivenciaram a se colocarem como porta-vozes destas dimensões e lutarem por mudanças sociais.

Para Kleinman e Sakalis (1988; 2000 citados por Vasconcelos, 2005, p. 18), esta é “uma maneira muito sensível de integrar as experiências de uma pessoa, de expressar esta vivência a partir da perspectiva pessoal, social e política dos usuários”. Ou seja, é uma ferramenta tanto existencial quanto política que pode facilitar a recuperação e empoderamento do sujeito, a produção de novos sentidos em relação às experiências, a ajuda e suporte mútuo em grupos e a promoção de mudanças sociais, culturais e institucionais na sociedade (Vasconcelos, 2005).

Para a realização da pesquisa de campo, foram observadas as seguintes considerações éticas: a participação da pessoa é de livre e espontânea vontade e ela poderá desistir de participar a qualquer momento; os/as participantes não receberam nenhum tipo de compensação financeira; a entrevista foi gravada com o consentimento do/a participante e realizada em um local conveniente a ele/ela. Além disso, será mantido o sigilo e a confidencialidade em relação às identidades pessoais dos/as participantes e às informações da pesquisa, que serão manuseados apenas pelas pesquisadoras (a autora deste trabalho e sua orientadora de pesquisa). Assim, antes das

entrevistas, os/as participantes foram orientados em relação a tais questões e, após concordarem, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TLCE), que contém todas as informações éticas necessárias sobre a pesquisa.

#### 4.1 Participantes

Participaram da pesquisa três psicólogos/as, que atuam nas áreas da saúde ou clínica (grupo A), e três pessoas com orientações afetivo-sexuais diferentes da heterossexualidade, que se reconhecem desta forma (grupo B). Todos/as os/as participantes são pessoas maiores de idade, que não fazem parte de populações vulneráveis e foram selecionados/as via rede social da pesquisadora.

Na Tabela 1, são apresentados os dados sociodemográficos dos/as participantes do grupo A, considerando suas idades, religiões e áreas de atuação. Já na Tabela 2 são apresentados os dados sociodemográficos do grupo B, considerando suas idades, religiões e orientações sexuais. Para preservar as identidades pessoais dos/as participantes, serão adotados nomes fictícios para mencioná-los neste trabalho.

Tabela 1

*Dados sociodemográficos dos/as participantes do grupo A*

<b>Nome (fictício)</b>	<b>Idade</b>	<b>Religião</b>	<b>Área de atuação</b>
João	63 anos	Católico	Clínica
Ana	28 anos	Católica	Clínica
Marta	35 anos	Espirita Kardecista	Hospitalar

Tabela 2

*Dados sociodemográficos dos/as participantes do grupo B*

<b>Nome (fictício)</b>	<b>Idade</b>	<b>Religião</b>	<b>Orientação sexual</b>
Julia	19 anos	Candomblé	Lésbica
Gabriel	21 anos	Sem religião	Bissexual
Fernando	30 anos	Católico	Bissexual

#### **4.2 Materiais e instrumentos**

Os materiais utilizados foram: um Iphone, usado como gravador, e folhas A4, contendo os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexos A e B), um roteiro de entrevista (Anexo C) e as imagens previamente selecionadas impressos (Anexo D).

Como instrumentos foram utilizados um roteiro de entrevista, contendo 14 perguntas, e 4 imagens relacionadas ao tema, que foram utilizados com os/as psicólogos/as que atuam nas áreas da saúde ou clínica (grupo A). Já com os/as participantes com orientações afetivo-sexuais diferentes da heterossexualidade (grupo B), não foi utilizado um roteiro com perguntas específicas, pois as entrevistas abertas, na forma de narrativas pessoais, foram orientadas a partir de uma única questão disparadora: como foi o processo de descoberta da sua orientação afetivo-sexual?

#### **4.3 Procedimentos de construção de informações**

Primeiramente, o projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa do UniCEUB. Após o projeto ser aprovado (Anexo E), iniciou-se o trabalho de campo, que permite ao/à pesquisador/a se aproximar da realidade investigada e interagir

com os atores desta realidade para que haja a construção do conhecimento (Minayo, 2011).

A pesquisadora entrou em contato, via ferramentas de mídias sociais (Whatsapp e Facebook), com os/as participantes, que foram sugeridos/as por seus/suas colegas. Assim, foram combinados locais, dias e horários, conforme a disponibilidade da pesquisadora e dos/as participantes, para que ocorresse cada entrevista. Elas ocorreram, por exemplo, na residência, na clínica de psicologia ou no ambiente acadêmico dos/as participantes. Antes de iniciar a entrevista, o/a participante era orientado/a em relação ao objetivos e informações éticas da pesquisa e, após concordar em participar, assinava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Assim, com o consentimento dos/as participantes, as entrevistas foram gravadas em áudio. Em seguida, foram feitas as transcrições literais de todos os áudios e, por fim, eles foram apagados. Toda a pesquisa foi custeada pela pesquisadora.

#### **4.4 Procedimentos de análise**

A técnica utilizada na análise das informações construídas na pesquisa de campo foi a técnica de análise de conteúdo, que segundo Bardin (2011) é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p. 48).

Uma das funções da análise de conteúdo é descobrir o que está por trás dos conteúdos revelados, buscando construir análises que vão além do que está sendo explicitamente comunicado (Gomes, 1994).

Após as entrevistas serem transcritas na íntegra, foram identificados os trechos mais significativos e sistematizadas as ideias iniciais. Depois, em conjunto com a professora orientadora, foram construídas categorias analíticas temáticas para orientar o trabalho interpretativo das informações construídas na pesquisa de campo, considerando a fundamentação teórica e os objetivos do estudo. Tal processo permite organizar as informações para que sejam analisadas as convergências e divergências entre as entrevistas (Madureira, 2007a). Segundo Bardin (2011), a construção de categorias por meio do critério temático favorece a investigação dos sentidos e dos significados atribuídos pelos sujeitos sobre os temas propostos.

Foram, então, construídas três categorias analíticas temáticas, são elas: 1) Homofobia e sofrimento psíquico; 2) A reprodução da homofobia no cotidiano: família e religião; e 3) O enfrentamento da homofobia: o papel da psicologia e a importância das redes de apoio.

## **5. Resultados e Discussão**

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os resultados mais importantes construídos na pesquisa de campo, tendo como base as três categorias analíticas apresentadas anteriormente. É importante destacar que serão adotados nomes fictícios para os/as participantes, visando preservar suas identidades. E, também, será utilizado o código A para o grupo de psicólogos/as que atuam nas áreas da saúde ou clínica e o código B para o grupo de pessoas com orientações afetivo-sexuais diferentes da heterossexualidade, que se reconhecem desta forma.

### **5.1 Homofobia e sofrimento psíquico**

É muito comum que pessoas com orientações afetivo-sexuais não-hegemônicas tenham que passar por episódios de ter que “sair do armário”. Pois como em nossa sociedade presume-se que todos/as sejam heterossexuais, – o que chamamos de heterossexualidade compulsória – aqueles/as que não são podem acabar sentindo a necessidade de ter que revelar aos outros qual sua orientação afetivo-sexual. Em muitos casos, essas pessoas demoram a perceber que é possível não ser heterossexual ou que não sentem atração pelo gênero oposto.

Para Julia (B), não houve muito sofrimento no processo de descobrimento de sua orientação sexual, pois desde muito nova ela entendia que gostava de mulheres, sabia que era algo real, assim não passou pelo conflito de rejeitar isso. A auto-rejeição e repressão é muito comum em nossa sociedade que é marcada pela heteronormatividade, pois a única prática sexual considerada padrão, “natural” e socialmente esperada é a entre pessoas do gênero oposto. A participante, que se considera lésbica, relata que por um tempo tentou se relacionar com homens também e apresentá-los aos pais, pois sentia

uma necessidade de afirmar ser heterossexual. Assim, se forçava a ser quem não era, até perceber que: “Eu não precisava disso, não precisava ficar me submetendo a isso... e aí, eu me assumi”.

Já Gabriel (B) relatou que sempre soube que ele era “diferente” e as pessoas também sabiam, pois ele não seguia os padrões de comportamentos que são esperados socialmente de um homem. Mas, no início, ele não se considerava homossexual: “(...) porque pra mim homossexual sempre foi aquela pessoa horrível, que desandava da ordem que Deus fez e que, tipo, vai castigar no inferno, entendeu?”. Aos 15 ou 16 anos, com a ajuda de amigos, ele foi desconstruindo esses estigmas e se aceitando, e entendeu que: “(...) o homossexual que ele [Deus] julga, é eu, entendeu? E eu sei quem eu sou”. Atualmente, ele ainda está descobrindo sua orientação sexual, pois, inicialmente, ele se considerou gay, mas às vezes se sente atraído, também, por mulheres.

Fernando (B) relatou que seu processo de descoberta da bissexualidade foi difícil, pois: “Se você é menina, tem que achar homem bonito e se eu sou menino, tenho que achar mulher bonita. Só que, dentro de mim, eu achava todo mundo bonito. E, assim, isso era errado, eu não podia falar isso pra ninguém”. Podemos perceber o quanto é desafiador o desconhecimento sobre as diversas formas de expressão da sexualidade. E que não ter uma rede de apoio que acolha, compreenda e oriente pode dificultar ainda mais o processo de descoberta de sua sexualidade.

Ainda de acordo com Fernando (B), existe preconceito contra pessoas que são bissexuais: “ (...) porque os heteros acham que é putaria, na palavra nua e crua... e os gays acham que você tá em cima do muro, você não sabe o que você quer... mas é... eu acredito que seja algo normal, é uma coisa que eu sinto”. Em ambos os pontos de vista não há o respeito e a valorização da diversidade sexual. De um lado, a sociedade exige que ele sinta atração por pessoas do gênero oposto ao dele, do outro, aqueles sujeitos

que lutam por reconhecimento da diversidade, acabam pedindo que ele se restrinja a um tipo de expressão. Para Madureira e Branco (2001), muitas pessoas têm uma posição ambígua em relação à bissexualidade. Segundo Miskolci (2016), muitos homossexuais podem contribuir para a estigmatização e percepção negativa daqueles/as que não se encaixam na lógica binária: hétero ou homossexual. Tal contexto pode causar intenso sofrimento psíquico, pois o participante acaba sendo desvalorizado pelo grupo de LGBT ao qual pertence e pelos heterossexuais.

Todos/as participantes com orientações afetivo-sexuais diferentes da heterossexualidade (grupo B) relataram que já passaram por alguma situação de homofobia. E, também, as/os psicólogas/os (grupo A) contaram diversos casos em que elas/es atenderam pessoas em intenso sofrimento psíquico causado pela homofobia.

Histórica e socialmente, a sexualidade assumiu um caráter heteronormativo, ou seja, apenas as relações afetivo-sexuais entre um homem e uma mulher, visando a procriação, seriam consideradas socialmente “normais” e “naturais”. Um dos mecanismos de reprodução da heteronormatividade e da homofobia no cotidiano é a ideia de heterossexualidade presumida, isto é, de que todas as pessoas são heterossexuais, ou deveriam ser, é o padrão. Gerando, assim, o silenciamento e a invisibilidade de outras formas de expressão da sexualidade (Junqueira, 2010).

A participante Julia (B), que é lésbica, relatou que várias vezes já foi xingada na rua e chamada de lésbica, principalmente na época em que raspou o cabelo. Falou também que, quando está acompanhada com alguma mulher, os olhares de reprovação e as ofensas pioram. Uma vez que, duas mulheres se relacionando é algo diferente do padrão socialmente construído, o que pode gerar, em muitas pessoas, um estranhamento, em que o/a outro/a é visto/a como “anormal”, “inferior”. E, portanto, tais comportamentos que não seguem as normas sociais deveriam ser “ocultados”.

Julia (B) contou que, certa vez, estava em um show, expressando afeto por uma outra mulher, e percebeu que um homem, apoiado por vários amigos, estava olhando para elas e se masturbando: “Foi ridículo e eu não consegui reagir nesse dia, tipo, eu não consegui gritar, não consegui ir pra cima dele, não consegui fazer nada”. Pode-se perceber o quanto a participante se sentiu constrangida, acuada e sem voz. Esta situação envolve uma clara combinação de homofobia e sexismo, em que as mulheres foram intensamente desrespeitadas e objetificadas. E a homossexualidade delas acabou servindo de fetiche para os homens, sendo utilizada para o prazer masculino.

Histórica e socialmente, foram construídos significados culturais para as diferenças biológicas percebidas entre os homens e as mulheres, que foram naturalizadas a ponto de as pessoas não terem, muitas vezes, consciência disso (Bourdier, 2005; Scott, 1996). Estruturou-se em nossa cultura que o homem seria “naturalmente” dominador, viril, violento, dispõe da força e do poder, deve estar inserido na vida pública e política, e que deve ter desejos afetivos-sexuais por mulheres. Já a mulher seria “naturalmente” frágil, passiva, sensível, cuidadora, deve recolher-se a vida privada e ter desejos afetivos-sexuais por homens (Bourdieu, 2005; Costa, 1996; Scott, 1996). Assim, conforme é discutido por diversos/as autores/as, dentre eles/as Costa (1996), foi construída uma barreira entre o masculino e o feminino, estabelecendo uma hierarquização entre os gêneros e uma divisão desigual de papéis e práticas, em que o masculino domina e o feminino é dominado.

Desde cedo, as pessoas são socializadas para exercer a masculinidade ou a feminilidade hegemônicas, dependendo dos órgãos sexuais com que nasceram, e para serem heterossexuais. Segundo Madureira e Branco (2007), as questões de gênero estruturam a “forma como as pessoas lidam com seus afetos, consigo mesmas, como se posicionam em suas relações afetivo-sexuais e nas suas relações sociais” (p. 88). Ou

seja, construiu-se socialmente uma forte relação entre o que significa, hegemonicamente, ser homem e ser mulher em nossa sociedade e a forma como ele ou ela pode expressar seus desejos e seus comportamentos afetivo-sexuais. Para Louro (2004), os discursos normativos fazem com que os “aspectos dos corpos se convertam em definidores de gênero e de sexualidade e, como consequência, acabem por se converter em definidores dos sujeitos” (p. 80).

O processo de construção da masculinidade heterossexual hegemônica é acompanhado pela constante cobrança social de afirmação da virilidade e força, e pela rejeição, negação e exclusão da feminilidade e da homossexualidade (Junqueira, 2009, 2010). Assim, geralmente, quando os homens apresentam comportamentos associados ao gênero feminino, são considerados homossexuais, inferiores, fracos, passivos e não são vistos como “verdadeiramente” homens, “machos”. E quando as mulheres adentram o universo masculino, também são vistas como inferiores e não são consideradas “verdadeiramente” mulheres, pois não estão obedecendo uma suposta ordem “natural”. Assim, muitas vezes, a homossexualidade é percebida como um defeito na identidade de gênero. Segundo Welzer-Lang (2001), a homofobia é “a discriminação contra as pessoas que mostram, ou a quem se atribui, algumas qualidades (ou defeitos) atribuídos ao outro gênero”.

Tanto a participante Julia (B) quanto o participante Gabriel (B) percebem que a aparência física e os comportamentos que ele e ela apresentam são fatores significativos para medir a intensidade de preconceitos e de discriminações que podem sofrer em relação às suas orientações afetivo-sexuais não-hegemônicas. Por exemplo, Gabriel (B) acha que ele não sofre preconceito e discriminação na rua porque ele não tem “cara de gay”. Ou seja, como ele utiliza roupas e apresenta comportamentos ligados à masculinidade hegemônica, que são características esperadas e aceitas socialmente, sua

sexualidade não é questionada e nem atacada: “Meio que acham que eu sou hetero, que eu sou um pouco menos hetero, mas não tem certeza que sou gay, porque gay é o maldito, o demônio, entendeu?”.

Atualmente, Julia (B) acredita que é “visivelmente feminina”, usa roupas femininas, assim, as pessoas não a confundem com um homem. Logo, pelo fato dela não ultrapassar, através da aparência ou de comportamentos, as fronteiras simbólicas rígidas que delimitam, de forma não permeável, as diferenças entre a feminilidade e a masculinidade hegemônicas, ela não sofre, com tanta frequência, discriminação na rua (Madureira, 2007a, 2007b; Madureira & Branco, 2012).

As pessoas olham para Julia (B) e Gabriel (B) e não sabem, instantaneamente, que eles têm uma orientação afetivo-sexual distinta da heterossexualidade. Há, portanto, o benefício da dúvida, assim podem acabar sendo tratados como se fossem heterossexuais. O que não necessariamente é algo bom, pois no caso de Julia (B), os homens, por acharem que ela é heterossexual, podem ser muito insistentes e invasivos ao flertarem. Segundo a participante, já aconteceram situações deste tipo, em que ela falou que era lésbica e o homem insistiu: “Porque você tá mentindo pra mim?”.

Julia (B) já namorou uma mulher que é mais masculina e que era maltratada, por exemplo, ao fazer compras e em espaços profissionais. Relatou também que tem muitas amigas que já foram agredidas e estupradas na rua: “ (...) porque elas eram visualmente lésbicas”. Estes tipos de violências podem acontecer, principalmente, com mulheres que tenham mais características associadas à masculinidade e/ou que sejam homossexuais, com o objetivo de “corrigir”, “curar” através do castigo, culpabilizando-as por não seguirem as normas sociais. E, geralmente, são praticados por homens que querem afirmar sua masculinidade e posição de poder. Segundo Welzer-Lang (2001, p. 461), a opressão que as mulheres sofrem de homens “são os efeitos das vantagens dadas aos

homens”, ou seja, os privilégios que os homens têm são, principalmente, às custas das mulheres.

Fernando (B) contou que seu atual namorado já passou por uma situação desagradável em seu espaço profissional. Esse namorado trabalha no exército e um ex namorado dele mandou foto deles juntos para o quartel. Todos no quartel ficaram sabendo e ele ficou muito mal: “Tinham oficiais que não gostavam dele apenas por esse motivo, dificultavam muito a vida dele, colocava ele de serviço em momentos que não dava pra ser, puniam ele por bobagem”.

Marta (A) relatou que já atendeu algumas pessoas que tiveram dificuldades relacionadas à orientação sexual em seus ambientes de trabalho: “(...) promoções que não ocorreram por conta das questões relacionadas a própria sexualidade... situações, também, de não ser aceito no emprego quando se verbalizou a questão da sexualidade”. Assim, muitas vezes, aqueles/as com orientações afetivo-sexuais distintas da heterossexualidade acabam tendo que se comportar de uma forma diferente do que são, para não correrem o risco, por exemplo, de perder o emprego.

Ainda segundo a participante, uma paciente já lhe contou que ia participar de um evento social do trabalho e a chefe o orientou da seguinte forma: “(...) de não ser tão... de cuidar mais, de ser mais formal com a minha apresentação e quase me comportar como um hetero, porque os diretores da empresa têm preconceito com homossexual”. Para a participante, geralmente, essas pessoas já passaram por diversas situações de homofobia durante a vida inteira, que se repetem no contexto de trabalho, e apresentam intenso sofrimento psíquico: “(...) com muita raiva, muito pesar”.

Fernando (B), acredita que sua orientação afetivo-sexual é uma particularidade sua, assim não acha necessário revelá-la a muitas pessoas. Porém, às vezes, ele se sente incomodado por estar no anonimato, por exemplo, quando está em algumas situações

com seu namorado: “Aí você chega numa festa, você tem que ficar ali, você fica meio acanhado”. Em muitos momentos, ele acaba tendo que inventar mentiras, ocultar certas informações e construir estratégias para que as pessoas não descubram seu segredo e para evitar situações de constrangimento.

Já quando está em lugares que ele não conhece, fora de sua cidade, por exemplo, se sente muito mais à vontade para se expressar: “(...) posso dar um abraço, posso passar a mão no rosto, mas sem tanto receio como aqui, né?”. Ou seja, é construída uma “uma rede intrincada de ‘ditos’ e ‘não-ditos’” (Madureira & Branco, 2007, p. 86) para administrar quem sabe ou não sobre sua orientação afetivo sexual e tal mecanismo requer um investimento pessoal que pode gerar intenso sofrimento psíquico.

Fernando (B) acha que a sociedade não está preparada para lidar com as orientações afetivo-sexuais distintas da heterossexualidade, pois ainda existe muito preconceito e discriminação: “(...) hoje você vive numa sociedade que você não pode ser quem você é, você paga um preço caro por isso... você vê irmãos que são espancados porque estavam se abraçando”. Nesse sentido, Ana (A), psicóloga clínica, concorda que ainda existe muita homofobia, muita dificuldade de aceitação da diferença:

*Até porque você vê casos de... esses dias teve um adolescente que a mãe e o padrasto mataram porque ele era homossexual. Então, assim, a gente não pode falar que não existe, existe gente, pelo amor de Deus! As pessoas têm medo não é à toa... de se assumir, de estar num mundo onde tem preconceito e muito.*

De acordo com Marta (A), psicóloga hospitalar, muitas vezes, vivenciar situações de preconceito e discriminação pode causar tanto sofrimento psíquico, que a

pessoa adquire alguma doença ou agrava aquela que já existe: “(...) aquilo pode se tornar um conteúdo de estresse muito grande que tá afetando o adoecimento dele (...) o controle do diabetes, da pressão arterial... o leva a comer, o leva a comportamentos compulsivos, enfim”.

Fernando (B) contou que uma vez estava em uma lanchonete com um amigo “um pouco mais delicado” e um homem ficou falando em voz alta: “Ah... casalzinho, viadinho, a mocinha, a loirinha”. Ele ficou muito nervoso e reagiu dando um soco nele. Segundo o participante, tal atitude foi necessária para exigir respeito. Entretanto, há uma contradição nesta situação, pois ele buscou ter o respeito dos outros através da agressão física e da violência. Ou seja, o participante tentou afirmar sua masculinidade por meio da agressão. Devido a diferenciação hierárquica e a oposição binária estabelecida, histórica e socialmente, entre homem/mulher, o processo de construção da masculinidade hegemônica é marcado pela negação e rejeição da feminilidade (Bourdieu, 2005). Para ser um (verdadeiro) homem, ele “deve combater” tudo aquilo que o faça ser associado à uma mulher, para não correr o risco de ser tratado como elas são (Welzer-Lang, 2001).

O sistema social constantemente reforça os estereótipos de masculinidade e de feminilidade hegemônicas, vigia e controla as pessoas para que não ultrapassem as fronteiras entre essas dimensões. Muitos homens se sentem na obrigação de atingir esse padrão de masculinidade imposto socialmente e de afirmá-lo constantemente, para serem, em princípio, respeitados pela sociedade. Pois, conforme ressaltou Bourdieu (2005), por em dúvida a masculinidade é abrir mão do status, prestígio e autonomia associados a ela, como, por exemplo, o poder, a força, a virilidade e a dominação.

Fernando (B) não gosta de se expor e, constantemente, controla seus comportamentos, sua aparência, seus gestos, sua postura corporal, seus gostos, seu tom

de voz para tentar ser o mais discreto possível, não demonstrar aspectos associados à feminilidade e manter oculta sua orientação sexual: “(...) sempre acho que a minha voz é afeminada, a minha dicção não é boa, que o jeito que eu falo acaba demonstrando”. Ou seja, para ser mais aceito e respeitado, tem que ser o menos “feminino” possível. Segundo Le Breton (2006), foram construídas, por meio dos pertencimentos culturais e sociais, diversas representações sobre os corpos, delimitando, assim, a forma como os diferentes tipos de corpos devem se comportar, se vestir, se movimentar, se expressar e a quem devem dirigir seus desejos.

De acordo com Fernando (B), ele se cobra e se vigia muito em relação a isso, e acha que, às vezes, acaba sendo cruel consigo mesmo: “faz parte de mim e eu tenho medo disso, de demonstrar”. Assim, para ele se sentir aceito, ser tratado como igual e atender às expectativas dos/as outros/as acaba tendo que se dedicar ainda mais, internalizando exigências e cobranças em relação a si mesmo (Junqueira, 2009, 2010).

Ana (A) contou que já atendeu um senhor de 50 anos que vivia um paradoxo, relacionado à sua orientação afetivo-sexual, que lhe causava intenso sofrimento psíquico. Ao mesmo tempo em que ele sentia desejo por homens, exclusivamente “masculinos”, não conseguia vivenciar experiências nesta dimensão. Pois não queria ser classificado como “mariquinha”, termo pejorativo de sua região que designa aqueles homossexuais que apresentam características associadas à feminilidade. E isso era algo tão ruim, que ele não conseguia se relacionar.

Assim, ele vivia de forma isolada e solitária, distante da família, com muitas mágoas da infância e da adolescência, que aos 50 anos ainda estavam presentes: “isso afetou a vida dele inteira, esse preconceito fez uma construção na cabeça dele, de que, pera aí, mariquinha é horrível, apesar de eu me identificar assim...”. Para Miskolci (2016), em nossa sociedade, um “homem de verdade” é aquele que domina as mulheres

e despreza as “bichas”, impondo “seu poder aos outros e a si mesmo à custa de sua própria afetividade” (p. 10).

Em uma sociedade marcada pelo sexismo, a virilidade é, desde cedo, um outro aspecto muito valorizado e exigido dos homens (Miskolci, 2016). Por exemplo, há uma intensa pressão social estimulando e cobrando que eles tenham um elevado desempenho sexual e muitas relações sexuais. E isso influencia na forma como eles lidam com a sua sexualidade. Fernando (B) sente-se incomodado com essas exigências, pois acaba sendo desgastante: “Se você é homem, você tem que pegar todo mundo, então, se você não pega, tem alguma coisa errada, me explica porque, entendeu?”. E caso os homens não ajam conforme é culturalmente definido, sua heterossexualidade presumida e a masculinidade são questionadas.

Fernando (B) mencionou que próximo à Taguatinga, uma Região Administrativa do Distrito Federal, existe um cinema onde passa filmes pornô e lá fica cheio de homens casados, com mais de cinquenta anos e “todo mundo com aliança no dedo”. Para o participante, o homem não tem pudor e tem muita necessidade de se saciar sexualmente. Assim, eles buscam relações sexuais com outros homens, pois eles conseguem proporcionar uma maior satisfação. Ou seja, como se os homens fossem “naturalmente” promíscuos. No entanto tal “necessidade excessiva” pode ser entendida como uma construção social, ancorada nos estereótipos de gênero no campo da sexualidade:

*Ele só quer se esvaziar, se aliviar, então, assim... mulher é uma coisa tão delicada, que ela não permite que o homem faça tudo com ela, entendeu? Isso no caso do hetero. Só que... homem, homem é bicho escroto, o homem, ele quer fazer a bagunça toda, ele quer fazer de tudo, de todas as formas, de todos os*

*meios, de todos os jeitos... então, quem vai permitir isso? Um outro homem, que quer isso, e acaba fazendo, depois ele volta pra casa como se nada tivesse acontecido. Acontece muito isso.*

Fernando (B) relatou também que, quando era criança, ao mesmo tempo em que alguns primos eram preconceituosos com ele, xingavam e faziam brincadeiras desagradáveis, eles também tentavam abusar dele:

*Só que os primos que falavam, eram os primos que tentavam abusar de você, entendeu? Então, assim, é meio contraditório, né? Você querer mexer com viadinho (...) tanto é que hoje eu não tenho tanto vínculo com a família mais por causa desse tratamento. Então, meio que foi um trauma, assim, deles tentarem abusar... e eu sempre me esquivei, tentei sair pela culatra e tal.*

Neste relato de violência, podemos perceber que há um incentivo para que a sexualidade da criança (menino) se inicie precocemente e, também, uma necessidade desses primos de afirmar, demonstrar um comportamento ativo na esfera da sexualidade (Bourdieu, 2005). Conforme destacou Madureira (2007a), muitos homens estimulam adolescentes a desenvolverem uma postura viril, ou seja, que o quanto antes tenham muitas experiências sexuais. O que pode ser muito invasivo e explicitamente agressivo (como no caso do abuso sexual).

Para Welzer-Lang (2001), quando os homens são crianças, eles costumam se juntar para trocar informações sobre a sexualidade. Nesses momentos, podem emergir “fortes tendências e/ou grandes pressões para viver momentos de homossexualidade (p. 462). Ainda segundo o autor, acontece, também, de os meninos mais velhos atuarem

como iniciadores da sexualidade dos mais novos, mostrando, corrigindo e moldando-os para que eles se tornem viris e aprendam a ser homens. Muitos iniciadores podem aproveitar da ingenuidade dos meninos e os abusar, impondo uma iniciação precoce da sexualidade, os obrigando a fazer coisas que não querem. O que pode deixar marcas profundas no sujeito e gerar intenso sofrimento psíquico.

Gabriel (B) gosta de andar de mãos dadas com seu namorado, mas tem certos lugares que ele não consegue: “Eu acho que é horrível pra mim, mas é uma forma de proteção também porque eu fico com medo de me agredirem e agredirem ele, principalmente, em lugar muito movimentado, tipo, bem popular mesmo...”. Ana (A) relatou que já atendeu vários casos de pessoas com orientações afetivo-sexuais não-hegemônicas em sofrimento por terem que se privar de situações que envolvem a demonstração de afeto: “não poder beijar o namorado na rua, ou não poder andar de mãos dadas, de sentir muito medo, ou de ir ao cinema e nem no escuro do cinema poder ficar de mão dada, encostar a cabeça no ombro do outro, sabe?”.

Segundo ela, a discriminação repercute na subjetividade da pessoa e pode gerar sentimento de rejeição, uma vez que ela deixa de fazer várias coisas por medo e vergonha de ser descoberta, julgada e/ou violentada pela sociedade. Para Sedgwick (2007), aqueles/as que estão no “armário” acabam sendo submetidos/as a diversas restrições, devem, frequentemente se regular, limitar seus comportamentos e ocultar sua identidade sexual.

João (A) acha que, profissionalmente, a pessoa com orientação afetivo-sexual distinta da heterossexualidade normalmente: “(...) busca lugares em que ela seja bem aceita, em que a homossexualidade não seja um problema”. Como, por exemplo, tornam-se artistas, cantores/as, músicos/as ou trabalham “mais nessa parte social”, pois: “(...) o ambiente é menos crítico com relação à homossexualidade, provavelmente,

entendeu? Então é isso... eles acabam se adaptando. Eu acho que essa fuga não é muito consciente, mas eu acredito que ela exista, infelizmente... para poder a pessoa sofrer menos, né?”

Fernando (B) passou por algumas situações que foram muito difíceis para ele, pois deixou de fazer certas coisas para não se expor:

*(...) já teve vez que eu deixei de vestir uma roupa que eu queria pra ir num certo lugar, já teve vez que alguém tava precisando de um abraço meu e eu evitei... eu evito de levar alguns amigos na minha casa (...) quando eu levo... é muito difícil, tem que ser o mais discreto possível.*

Provavelmente o termo “discreto” está relacionado com aqueles amigos que conseguem esconder possíveis características “femininas”. E há o receio de que a família, principalmente a mãe, entre em contato com os amigos menos controlados e questione a masculinidade de Fernando (B) ou perceba sua orientação sexual.

Nesses trechos, podemos analisar que muitas pessoas são levadas, devido ao preconceito e à discriminação, a viver suas experiências de forma discreta e dissimulada, deixando de se expressar e ser quem realmente são, já que existe o medo e a vergonha de serem vistos (Bourdieu, 2005). Conforme ressaltou o autor, a opressão por meio da “invisibilização” é uma forma de recusar a existência legítima e pública do outro, impedindo que se expresse abertamente e que ocupe determinados espaços.

João (A), em diversos momentos, ressaltou a importância da pessoa se encaixar nos modelos valorizados socialmente, como por exemplo: “(...) a gente vive numa sociedade e se você não quer ser avaliado ou julgado, ou discriminado por essa sociedade, aí... ok, você tem que mudar, de repente, um pouco, o seu comportamento”.

Dessa forma, ele sugere que o sujeito expresse aquilo que a sociedade quer ver e esconda quem realmente ele é. Tais mecanismos de normatização do sujeito também são exemplos de homofobia.

Ele falou também sobre as pessoas serem discretas para evitar situações de preconceito e discriminação em relação à orientação sexual: “(...) ele queria mostrar pra todo mundo que ele era gay... e ele queria mostrar e tudo... e aquilo gerava um certo problema”. Ou seja, seu discurso segue a lógica cultural de que as pessoas têm que se controlar, para que suas diferenças não chamem atenção e elas não sejam punidas por isso. O que é problemático, pois conforme percebemos no discurso do participante Fernando (B), se controlar e se adequar aos padrões sociais traz sofrimento psíquico e é um processo exaustivo.

João (A) contou que atendeu um casal de homens que não pareciam ser gays: “Ah, não aparenta... não tem nenhum comportamento, vestimenta, nada, nada, sabe? Um deles é que veste um pouquinho aquelas blusas mais coladinhas assim, tal, sabe?”. Podemos perceber em sua fala a necessidade que muitas pessoas têm em enquadrar os sujeitos no padrão binário de gênero. Tal pensamento, ancorado nos estereótipos de gênero, os limita a apenas duas possibilidades – a feminilidade ou a masculinidade hegemônicas – e compreende aqueles/as que transgridem ou atravessam as fronteiras entre os gêneros como problemáticos/as. Para Miskolci (2016, p.11), a sociedade busca “adequar cada corpo a um único gênero”.

Segundo Louro (2004), as identidades sexuais e de gênero não são fixas e determinadas, e, sim, marcadas pela ambiguidade e fluidez. Existem múltiplas formas de expressão da feminilidade, da masculinidade e da sexualidade. Muitas pessoas acreditam que aqueles/as que não seguem os padrões socialmente impostos estão querendo “chamar a atenção”, exagerando ou que seus desejos e práticas são artificiais.

Porém, essas são as suas formas de existir, como se sentem bem, confortáveis e se identificam. Portanto, forçá-las a serem de outra forma, pode ser muito doloroso.

João (A) levantou uma reflexão sobre uma possível causa da homossexualidade. O participante acredita que só a mulher pode exercer a função materna e só o homem a função paterna, como se dependesse estritamente dos aspectos biológicos. E quando essas configurações não acontecem, as crianças podem perder suas figuras de referência e serem prejudicadas, tornando-se homossexuais. Segundo ele, nas últimas duas gerações, a figura materna e a paterna estão se invertendo. As mães saem mais para trabalhar, estudar e estão dando mais ordens em casa, já os pais estão perdendo a posição de comando.

Assim, de acordo com o participante, ambos estão exercendo papéis “disfuncionais”, que acabam deixando as crianças confusas e perdidas. O que pode acabar “gerando” um homossexual:

*(...) o papai tem pintinho igual eu, mas não manda nada, né? E aí, ele me cuida, que a mamãe só chega tarde do trabalho. Quem tá me dando mais cuidado, mais carinho, é o papai (...). Nesse caso, eu tô fazendo figura de mãe, não to fazendo figura de pai. E aí, o meu masculino não está sendo saudável, entendeu? E essa inversão é que bagunça a cabecinha dos meninos.*

A psicóloga Marta (A) levantou uma discussão semelhante à de João (A), tentando buscar explicações para um possível aumento na quantidade de pessoas homossexuais em nossa sociedade:

*(...) eu não tenho estatísticas, mas se a gente for falar que aumentou, se tem aumentado o número de homossexualismo, talvez a gente pensar quais seriam os motivos... será que a gente tá falando de uma questão voltada à nova configuração de família que a gente tem observado nos últimos anos? Será que isso tem influenciado, tem influenciado por quais motivos?*

Atualmente, as famílias estão se organizando de diferentes formas. Os homens e as mulheres estão questionando as normas socialmente impostas de masculinidade e feminilidade hegemônicas e suas hierarquias (implícitas e explícitas), e está ocorrendo uma maior flexibilidade e liberdade no desempenho dos papéis de gênero, tradicionalmente estabelecidos.

Segundo Rodriguez, Merli e Gomes (2015), é importante as crianças terem figuras de referência que desempenhem funções de cuidado e formem vínculos afetivos e sociais, pois favorece o desenvolvimento e construção da subjetividade das crianças. No entanto, é importante destacar que os diversos tipos de funções podem ser exercidos por qualquer pessoa, pois a construção da parentalidade, a formação de vínculo e a capacidade de cuidar não dependem do gênero ou da sexualidade, e, sim, da disposição para ofertar à criança amor, proteção e atenção.

## **5.2 A reprodução da homofobia no cotidiano: família e religião**

Os/as três participantes com orientações afetivo-sexuais distintas da heterossexualidade (grupo B) contaram que têm dificuldades com suas mães em relação à sexualidade. Como os pais de Gabriel (B) e Fernando (B) não são presentes em suas vidas, eles não sabem sobre suas orientações afetivo-sexuais. E o pai de Julia (B) lida de

forma tranquila. Os/as três psicólogos/as concordam que é comum haver dificuldades com a família.

Gabriel (B) resolveu contar para sua mãe sobre sua orientação porque estava namorando um homem: “(...) a gente queria contar, queria a aceitação dos nossos pais porque tava muito difícil a gente se ver só fora de casa”. E a reação da mãe foi começar a chorar e dizer: “‘Ah, eu já sabia’, já sabia e porque não contou?”. Isso incomodou muito o participante, pois ele acha que como ela já sabia, poderia ter conversado com ele sobre o assunto e ter evitado o desgaste emocional que o processo de revelação pode causar (Sedgwick, 2007).

Gabriel (B) falou que, muitas vezes, a revelação acaba sendo uma forma de confirmação, pois acredita que todo mundo sabe sobre sua sexualidade, apenas não querem falar com ele sobre isso ou, então, não querem admitir, preferem continuar acreditando na imagem ilusória de que ele é heterossexual. Já que, em nossa sociedade, a heterossexualidade é, frequentemente, presumida. Para Fernando (B), as pessoas também sabem que ele não é heterossexual, pois: “(...) eu chego nas festas da minha família, tô sempre com meu amigo, então, ninguém é bobo, as pessoas captam aquilo ali, elas entendem”.

Gabriel (B) acha que é muito difícil para sua mãe, que é evangélica, pois ela construiu muitas expectativas em relação a ele, principalmente a de que ele fosse heterossexual. Segundo Gabriel, ela imaginou um filho “perfeito”, que fosse estudioso, se dedicasse, trabalhasse:

*(...) eu fui alimentando as expectativas dela até certo ponto (...) aí, tipo, na parte do hétero eu desandei, e foi isso, aí ela não gosta até hoje. E tipo, minha vida é normal, vida de filho exemplar, entendeu? Ajudo em casa, faço um monte de*

*coisa, só essa parte que foge do padrão... O trabalho que eu dou é em relação a isso.*

Para Marta (A), é muito comum que os pais tenham muitas expectativas sobre seus/uas filhos/as, o que acaba sendo difícil para eles/as, pois não conseguem concretizar aquilo que era esperado: “(...) você pode ter um sofrimento por você frustrar a sua família”.

Percebe-se que o participante atende às várias expectativas que sua mãe construiu, porém o fato dele não ser heterossexual faz com que ele seja desvalorizado. Como se todo seu esforço em outras dimensões fosse insuficiente, já que ele não é heterossexual. Segundo Toledo (2013), muitas vezes, pessoas que não são heterossexuais acabam desistindo de suas vontades pessoais e se empenhando em excesso de uma forma que as façam ser amadas e reconhecidas pelos pais e amigos/as. Para Junqueira (2009, p. 26), essas pessoas podem se sentir na obrigação de ter que “apresentar ‘algo a mais’” para serem aceitas e incluídas socialmente. Como se tivessem que “compensar” a parte da sexualidade que não está de acordo com o padrão aceito socialmente. O que pode ser estressante para a pessoa, gerar a auto culpabilização e anulação de si mesmo.

Gabriel (B) percebe que sua mãe se incomoda com o que os outros vão pensar e tem medo que o filho: “(...) assuma uma feminilidade que não é inerente ao homem social, como é associado na nossa sociedade, e acabe sofrendo homofobia por isso, é o medo dela, entendeu?”. Assim, muitas vezes, ela o repreende para que ele desempenhe as características da masculinidade hegemônica e que ele permaneça “dentro do armário” (Sedwick, 2007).

Há uma pressão para a ocultação, “invisibilização” da orientação afetivo-sexual do sujeito, impedindo a sua existência legítima e pública (Bourdieu, 2005). A mãe do participante tem receio de que as pessoas descubram a orientação sexual do filho e isso exponha ela e a família, ou de que ele sofra algum tipo de violência. Segundo Toledo (2013), em muitos casos, os pais podem ser julgados “como sendo ‘os responsáveis’ pelo ‘desvio sexual’ de seus filhos, fracassados na formação de ‘verdadeiros’ homens e mulheres para a sociedade” (p.363).

Gabriel (B) contou que uma vez um casal de amigos estava na casa dele, apenas abraçados, e a mãe reagiu da seguinte forma: “Eu não gostaria de ver nem você, meu filho, desse jeito, você acha que eu vou ver filho dos outros na minha casa?”. Ainda segundo o participante, ele beijou um homem pela primeira vez quando estava fora do país e, naquele momento, ele sentiu que poderia ser muito mais do que estava sendo no Brasil. Já para a mãe dele, após essa viagem, ele virou “um monstro”, enquanto o participante acha que: “Eu me tornei eu mesmo, sabe?”. Ou seja, após a revelação de sua sexualidade para a mãe, ele deixou de ser visto como sempre foi e passou a ser compreendido como “homossexual com todos os estigmas depositados sobre esta imagem” (Toledo, 2013, p. 354).

No caso de Julia (B), com seu pai não houve dificuldades, ele foi notando que a filha era “diferente” e perguntou para ela sobre sua orientação sexual. Já a mãe da participante invadiu as redes sociais da filha e descobriu. Além disso, ligou para a namorada de Julia na época e falou, por exemplo, para ela se afastar e “que a filha dela não era desse jeito”. Segundo Julia (A), sua mãe chorou muito e disse: “Que isso não era de Deus, que o que eu tava fazendo era errado, perguntou se eu não tinha medo de pegar doença, sabe?”.

Podemos perceber, portanto, o quanto as crenças religiosas e a falta de conhecimento influenciam na negação da diversidade sexual. O que faz a mãe da participante compreender os desejos e as experiências afetivo-sexuais distintas da heterossexualidade como sendo algo ruim, anormal, um defeito e uma prática pecaminosa. Enquanto que para a filha, o que ela sente e vivencia é algo normal, legítimo, positivo e benéfico.

Julia (B) acredita que é muito difícil para sua mãe, pois ela é “católica fervorosa, criada no interior” e não está acostumada com essas questões: “(...) foi bem um baque, tipo, a filha mais velha, aí eu venho sapatona, venho macumbeira... e ela não gosta de nada disso”. Os pais idealizam um futuro para os/as filhos/as e quando isso não acontece, podem se sentir decepcionados e passar pelo processo de perda e luto dessas vivências que eram esperadas (Toledo, 2013). Isso pode levar um tempo e ser muito difícil, pois a mãe precisa passar por um processo de elaboração e conscientização em relação a essa “nova” realidade. Diante deste contexto, a participante apresenta capacidade empática em relação à sua mãe: “Eu tô sendo o mais paciente que eu posso, mesmo que não seja fácil”. Para Marta (A), é muito importante que haja um suporte para a família, pois: “Nós estamos falando de um processo que vai gerar toda uma adaptação, aceitação, desenvolvimento de estratégias pra lidar com tudo isso”.

Em contrapartida, segundo Julia (B), devido à dificuldade de relação que ela e a irmã dela têm com a mãe, as duas tornaram-se muito companheiras e a irmã de Julia a apoia em relação à sua sexualidade:

*Ela é da igreja também, da mesma igreja que minha mãe... ela é do grupo jovem, mas ela é uma pessoa que respeita, assim, que sabe respeitar, entende que as pessoas são diferentes... entende que não é porque é uma coisa que ela*

*entende como certa pra vida dela, que as outras pessoas precisam viver do mesmo jeito.*

Na família de Fernando (B), sua irmã é a única pessoa que sabe sobre sua orientação e ela o respeita muito. Ele ainda não contou à mãe, pois não sente necessidade e tem medo de magoá-la. Ele acredita que sua mãe sabe sobre sua sexualidade, porém acha que ela não quer que ele revele: “Ela sente... até porque, qual a mãe que não conhece o filho? A mãe não quer ver, mas a mãe sabe”.

Outro importante ponto em comum entre os/as três participantes (grupo B) é o fato da religião ser um elemento significativo nas relações familiares e que acaba gerando intenso sofrimento psíquico. Conforme ressaltou Toledo (2013), a forma como os pais vão reagir à revelação dos filhos depende de vários fatores, como, por exemplo, a relação dos pais com a religião. Quando essa relação é rígida, adentra-se no campo do fundamentalismo religioso.

Fernando (B) não identifica vantagens em contar para sua mãe sobre sua orientação e acha que sua relação com ela pioraria caso revelasse, pois ela é muito católica: “Acredito que seria burrice a minha você tentar fazer ela engolir isso goela abaixo, né? Então, assim, é uma coisa que eu tô vivendo e é uma coisa que ela não vivenciou, pra ela é uma abominação”.

Gabriel (B) falou que, às vezes, frequenta a igreja evangélica, para que sua mãe não vá sozinha. Ele acha que o filho do pastor e da pastora é gay:

*Eu acho que ele é, só que ele tem um conflito muito grande e muito interno nele, entendeu? Muito grande e internamente... eu imagino a vida dele, eu não queria uma vida igual a dele. Às vezes ele fala que tá muito feliz, porque ele serve a*

*cristo e tudo mais, só que eu acho que é um refúgio em meio à turbulência, entendeu?*

Podemos perceber o quanto algumas religiões, especificamente em suas vertentes fundamentalistas, podem provocar intenso sofrimento psíquico nas pessoas, visto que possuem dogmas que julgam e excluem determinadas pessoas ou quando as acolhem, não as reconhecem como realmente são, buscam transformá-las. Gabriel (B) contou também que tem um primo gay cuja mãe é muito religiosa: “(...) ela é obreira na igreja e tudo mais... aí ele teve que sair de casa, porque não tava mais aguentando a vida... de ter que ir pra igreja e esconder quem é e tudo mais”.

Marta (A) já atendeu um paciente homossexual que adorava participar das atividades da igreja, porém ela possui dogmas contra a homossexualidade:

*Ele fazia parte de vários movimentos dentro de um contexto religioso específico, teatro, era um jovem muito atuante (...) mas que a igreja, o tempo todo tava falando que a homossexualidade era pecado, que aquilo não era divino, que essas pessoas iriam queimar no inferno, então, ele vivia uma crise muito grande.*

Segundo Vainfas (1992), histórica e socialmente, o cristianismo foi responsável por construir diversas representações morais sobre o corpo e o sexo. Principalmente, uma visão pejorativa em relação aos prazeres. Assim, restringiram-se, de forma rígida, as formas como as pessoas podem se expressar e viver seus desejos e afetos. Definiu-se que a sexualidade deve ser voltada para relação entre pessoas de gêneros distintos, de forma monogâmica, buscando a reprodução no interior do casamento religioso, visando a preservação biológica e a “conservação cultural da sociedade patriarcal” (Borrillo,

2010, p. 49). E qualquer outra forma de se vivenciar a sexualidade é vista como “anormal”, pecado e contra a natureza.

Fernando (B) acha que a igreja controla muito as pessoas e que, muitas vezes, acaba sendo uma fonte de sentimentos negativos: “Eu acredito em Deus e não num sargento, então... o Deus que a sociedade inventou, eu não acredito (...) Então, eu vou pra igreja quando eu sinto que preciso ir (...)”. Ainda segundo Fernando (B), seu atual namorado é uma pessoa muito positiva para ele e é quem mais o chama para ir à igreja: “Se fosse uma coisa tão abominável assim, ele não ia me chamar pra tá perto de Deus”.

Julia (B) compartilha a mesma opinião, acha que a igreja católica limita muito as pessoas, restringindo suas experiências e sensações. E isso fez ela se afastar daquele ambiente: “Porque algumas coisas são pecado e você não pode sentir elas (...) E aí, você tem medo dessas coisas que você não pode sentir”. Percebemos que a relação que pessoas com orientações afetivo-sexuais distintas da heterossexualidade tem com a religião e com a igreja pode gerar intenso sofrimento psíquico em suas vidas. Afinal, muitos/as cristãos/ãs ainda utilizam, infelizmente, os dogmas religiosos para justificar preconceitos e discriminações.

Julia (B) relatou que sua relação com a mãe sempre foi difícil, pois ela é muito autoritária e possui crenças religiosas e normas rígidas. O que a faz julgar e reprimir alguns comportamentos das filhas como, por exemplo: “Você não pode usar esmalte escuro, porque é vulgar, você não pode... você tem que concordar com tudo que tão te falando, porque as pessoas têm razão e você não... sabe?”. Assim, Julia sentia medo de fazer determinadas coisas perto da mãe: “(...) só que aí eu deixava de ser verdadeira perto dela, entendeu? Eu criava um papel e ficava ali fingindo uma coisa que eu não era... até que eu não fui dando conta mais, e aí eu fui... existindo”.

Podemos identificar o quanto é difícil e gera sofrimento psíquico o fato da pessoa tentar se adequar às normas sociais impostas, que para ela não fazem sentido. Porém, em alguns casos, ela acaba tendo que as cumprir para ser aceita socialmente e para agradar as figuras de referência em sua vida. Dessa forma, a pessoa pode acabar fingindo ser quem não é, deixando de ser verdadeiro, se enganando e enganando aos outros: “E aí eu não contava as coisas, eu fazia escondido, entendeu?”.

Atualmente, pelo fato da família de Julia (B) saber sobre sua orientação afetivo-sexual, mesmo que eles não falem muito sobre isso, agora ela consegue ter mais liberdade para se expressar: “(...) agora eu sou uma pessoa mais aberta, assim, de falar isso dentro de casa, de falar sobre isso independente de onde eu tô e não ser um problema agora”.

João (A) já atendeu uma mãe que tem um filho homossexual e sua maior preocupação era a igreja, as orientações que ela dava e os julgamentos que fazia. A mãe falava: “A igreja mandou eu tirar o meu filho de casa... a igreja mandou eu mandar o meu filho embora de casa. E eu, logicamente, não dei conta de fazer isso. Como que eu vou abandonar o meu filho?”.

Julia (B) contou que tem algumas primas lésbicas na família. Quando elas revelaram suas orientações afetivo-sexuais ou foram descobertas, foram expulsas de casa. Mas a participante acredita que teve sorte, pois mesmo sua mãe tendo muitas crenças religiosas, ela não tem coragem de fazer isso: “Ela nunca ameaçou, ou disse que ia deixar de fazer alguma coisa pra mim por isso, mas que isso machuca muito ela, que ela não consegue aceitar, que isso não é normal, sabe? Já falou pra eu procurar a igreja, procurar ajuda”. Muitas pessoas têm dificuldades em acreditar na real orientação afetivo-sexual da pessoa e aceitá-la. Costumam negar, mencionar que é só uma fase que

irá passar, questionar a pessoa sobre suas certezas ou indicar um psicoterapeuta (Sedgwick, 2007)

Ana (A) atendia uma mulher lésbica que tentou se suicidar após sua namorada ter terminado com ela. Assim, a psicóloga convidou os pais da paciente para dar orientações sobre como evitar que ela tentasse novamente: “Na hora que eu sentei na poltrona, na sala, eu senti uma falta de ar, uma falta de ar... parecia que eu tava... sei lá, que diabo que foi aquilo. Eu achei muito esquisito, como se eu tivesse corrido muito, aquela dificuldade de falar”. A psicóloga, que é psicanalista, percebeu que havia acontecido uma contratransferência, ou seja, a ligação entre ela e a paciente estava tão forte que Ana (A) conseguiu sentir, naquele momento com os pais, o que a paciente sente quando vai conversar com eles:

*Aí nessa paciente eu senti isso muito forte, então, essas questões de homofobia, eu senti em mim, né? Porque é assim que ela se sente... calada, sem poder expressar com os pais, quem ela é... pais muito rígidos. Então, de fato, afeta muito a relação daquela pessoa. E a gente sente, também, o quanto a pessoa fica aprisionada naquilo.*

João (A) contou que já atendeu um senhor que, desde jovem, sentia atração por pessoas do mesmo gênero, porém devido à época, na década de 1960 aproximadamente, era muito difícil vivenciar sua orientação afetivo-sexual: “Viveu a vida inteira escondendo uma coisa que não foi ele que escolheu, entendeu? É ridículo”. Assim, o paciente casou-se com uma mulher, teve três filhos e viveu muitos anos se auto anulando, mantendo sua orientação afetivo-sexual em segredo e negando seus desejos e sentimentos, para evitar os julgamentos, os sofrimentos e as exclusões (Sanders, 2002).

Após a morte de sua esposa, aos 75 anos, ele resolveu vivenciar seus desejos afetivos-sexuais. Porém, atualmente, ele sofre por ter que ter essas experiências de forma escondida e insegura, pois sente medo de revelar aos filhos e eles o rejeitarem: “Ele ia escondido, por isso ele achava que estava se sentindo promíscuo”. O senhor não podia expressar que gostava de outro homem, pois sentia vergonha e medo: “Eu não posso ser o que eu quero ser”. Muitas pessoas acabam tendo que arriscar a própria segurança, as relações familiares e/ ou o emprego para poderem ser e viver como são.

Uma grande dificuldade relatada pelos/as participantes foi o fato de os membros da família saberem da orientação afetivo-sexual, mas preferirem fingir que não sabem. Não falam sobre o assunto ou fingem que tal dimensão não existe na vida deles/as. Ou seja, não há uma legitimação dos sentimentos e vivências destas pessoas.

Estabelecendo, assim, um distanciamento entre eles/as, uma dificuldade de conviver, resultando no enfraquecimento dos laços afetivos. Segundo Gabriel (B), sua mãe não cobra e nem fala sobre mulheres para ele, mas até hoje ela vive uma fase de negação: “Ela, tipo, negligencia, ela não quer saber dessa parte da minha vida... pra ela eu sou só o filho que tá em casa e o filho que estuda, a outra minha parte afetiva não existe pra minha mãe”.

Gabriel (B) e Julia (B) relataram que, como suas mães não lidam bem com as orientações afetivo-sexuais dele/a e nem querem falar sobre o assunto, ambos acabam tendo que vivenciar seus relacionamentos amorosos fora de casa, pois dentro não é permitido. Julia (B), por exemplo, durante dois anos, se afastou muito de sua casa e de sua família. Pois achava a situação complicada e ficava insegura em levar a namorada à casa dos pais: “levar uma pessoa que eu sei que a minha mãe não entende como convidada dentro da minha casa e, também, de eu saber que eles são pessoas homofóbicas e eles podem fazer comentários que podem magoar a pessoa que eu amo,

entendeu?”. Assim, para estar com sua namorada, acabou indo buscar um “ambiente seguro”: “Não ia ter ali a minha mãe olhando torto, não ia ter nenhum tipo de constrangimento”.

Para Sedgwick (2007), essa forte resistência social que existe em relação às identidades afetivo-sexuais não-hegemônicas pode dificultar, e muito, a auto aceitação do sujeito que não se adequa ao padrão, gerando insegurança e baixa autoestima. Pois, para que a pessoa se aceite, muitas vezes, é necessário que aqueles/as a quem se atribui importância, em termos afetivos, o reconheçam desta forma, despertando sentimentos de autenticidade e valorização. Segundo João (A), é necessário que haja uma validação da família, pois eles são figuras importantes na vida do sujeito: “Se a família não aceitar não resolve... entendeu?”

Ana (A) relatou que atendeu um jovem adulto que já havia contado aos pais, que são muito evangélicos. Porém, era como se ele nunca houvesse contado, pois ninguém falava sobre isso: “(...) em casa era a coisa mais importante pra ele, então, a não aceitação da família... o pessoal ignorar totalmente essa parte, é como se ignorasse totalmente ele também. Não reconhecessem ele como pessoa”. Então, quando estava em casa, ele acabava ficando a maior parte do tempo em sua cama: “(...) às vezes, ele ficava tão prostrado na cama, não conseguia levantar, que tinha muito a ver com esses pais, essa dificuldade, o preconceito dentro de casa, sabe? Então, assim, afeta bastante”. Esse relato nos mostra o quanto é difícil não ter o apoio e respeito dos pais em relação à própria orientação afetivo-sexual, uma dimensão importante na identidade da pessoa.

Segundo Gabriel (B), a irmã que namora há menos tempo que ele, pode levar namorado para a casa da família. Já ele, não tem essa permissão: “Eu não posso fazer nada com meu namorado lá em casa, entendeu? Ela meio que deu a entender que não gostaria... é, tipo, eu queria muito levar meu namorado”. Podemos perceber o quanto é

importante para Julia e Gabriel que haja um envolvimento da família com seus/as companheiros/as, conversas sobre esses assuntos, convites para eles/as frequentarem a casa com eles/as e para eventos familiares. Assim, como aconteceria caso o/a filho/a fosse heterossexual.

Já o namorado de Fernando (B) foi apresentado como seu amigo e frequenta regularmente a casa da mãe. Ela trata ele bem e o convida para determinados eventos da família: “Ela recebe os mais discretos, vamos dizer... ela recebe como amigo, ela põe comida no prato, oferece suco, oferece tudo... trata muito bem, mas acreditando que é amigo”. Ou seja, a presença dele é permitida, contanto que não haja a revelação do namoro, não falem sobre o assunto e nem que o filho ou o namorado dele expressem características supostamente “femininas”. Havendo a necessidade de ocultar suas identidades e mantê-las para si mesmos, evitando prejuízos em suas vidas (Sanders, 2002).

### **5.3 O enfrentamento da homofobia: o papel da Psicologia e a importância das redes de apoio**

Em geral, os/as participantes tiveram dificuldades em estabelecer uma comunicação aberta e saudável com a família, com a igreja e com a escola sobre suas orientações afetivo-sexuais e questões relacionadas à diversidade sexual. Em contrapartida, todos/as participantes relataram o quanto foi importante o contato com pessoas com orientações sexuais semelhantes às deles/as, ter uma rede de apoio e estar em espaços acolhedores, que respeitam a diversidade, como, por exemplo, a universidade. Pois puderam legitimar o que estavam sentindo e compartilhar vivências e sentimentos.

Julia (B) relata que foi muito importante para ela ter tido apoio fora de casa: “(...) de ter pessoas que eram minhas amigas e que também não eram heterossexuais e a

gente poder conversar sobre isso”. Na instituição de ensino superior que Julia (B) estuda, ela faz parte de um coletivo de mulheres lésbicas, em que elas conversam e convivem muito.

A participante cursa Ciências Sociais e contou que há muitos debates sobre questões relacionadas à diversidade sexual. Essas experiências, os diálogos e o contato com pessoas parecidas com ela, que se afirmam e que não aceitam o preconceito e a discriminação, foram muito importantes para ela: “(...) eu fui conseguindo... entender a importância de não negar o que eu sou, nos espaços, pelo que eu vivi aqui, entendeu?”. Julia (B) acredita que isso tudo é um privilégio: “(...) conheço meninas que são de cursos de exatas e que elas realmente não se sentem à vontade, assim... de conversar sobre isso, de se colocar como... tipo, nem de transparecer isso através do vestuário, do modo de portar”.

Para Gabriel (B), também, foi muito importante ter tido um amigo que não era heterossexual, pois ele o ajudou a entender alguns processos: “Ele foi o meu primeiro amigo gay, ele que dava força. E, tipo, ele era um cara negro, da periferia, assumidamente gay e, sabe? Olha a força que ele tem, numa escola totalmente homofóbica, onde ele era o único gay assumido”.

Gabriel (B) considera a instituição de ensino superior em que ele estuda um lugar seguro e acolhedor: “Eu me sinto bem, é confortável de ficar com meu namorado”. Ele acredita que esse espaço é mais permissivo e as punições contra a homofobia são mais efetivas. Porém, mesmo assim, ainda há situações de homofobia.

Nem sempre as instituições de ensino são espaços acolhedores, de promoção da diversidade e de construção do senso crítico. Gabriel (B) cursa psicologia e já sofreu homofobia em aulas da disciplina de ética profissional. Segundo o participante, a professora explicava sobre ser melhor o psicoterapeuta encaminhar o paciente quando

não se sentir confortável em atendê-lo. Como exemplo, ela falou sobre não se sentir confortável em atender homossexuais e, em seguida, disse: “(...) tem um exemplo de quando aconteceu uma coisa parecida, foi quando uma amiga minha foi atender um torturador, um pedófilo”. Ou seja, para Gabriel (B), ela quis dizer que atender homossexuais, torturadores ou pedófilos gerava desconfortos iguais.

Em seguida, iniciou-se uma discussão sobre a homossexualidade e a professora comentou: “Ah, é escolha sim, eu tenho artigos científicos que falam que é escolha, eu acredito que é escolha e eu vou falar que é escolha”. Nesse dia, segundo Gabriel (B), várias pessoas se sentiram desconfortáveis com tal fala: “Aí, várias pessoas falaram que saíram chorando da sala de aula, se sentiram ofendidas”.

Os alunos que concordavam com tal posicionamento se sentiram legitimados e encorajados pela professora a falarem ainda mais coisas discriminatórias: “(...) ela fala na linguagem deles... aquela linguagem menos direitos humanos e mais achismos (...) A professora pode acreditar no que ela quiser, ela não pode falar numa sala de aula, sendo uma psicóloga com CRP ativo”. Para Gabriel (B), a homofobia não é só gritar, por exemplo:

*‘Ah, seu viadinho nojento, você vai pro inferno’... homofobia é muito mais institucionalizado que a gente pensa. E se a gente se calar... não vai ser com a gente, vai ser com outra pessoa, vai que essa pessoa tá mais fragilizada que a gente... homofobia mata, racismo mata. E, outra, esses discursos de opção sexual, eu me senti tendo aula com Silas Malafaia, que ele fala que é opção.*

Gabriel (B) falou também que passou por um momento muito difícil na escola, quando tinha 13 ou 14 anos. Segundo o participante, ele e um amigo pintaram o olho e a

boca de preto para parecerem “góticos” e foram para o intervalo. Em um momento, Gabriel ficou sozinho sentado em um banco: “(...) a escola toda ao meu redor... e começaram a gritar e a bater palma: ‘viadinho, viadinho, viadinho’, a escola toda e eu tava sozinho (...) Aí... foi bem péssimo na hora, eu me senti muito mal no dia, só que depois passou”.

Podemos perceber o quanto esta situação de discriminação foi difícil para o participante, pois estava sozinho e foi ridicularizado. O que pode ter gerado intenso sofrimento psíquico. Ele acha que essa situação foi, de certa forma, positiva pra ele, pois mudou a sua vida. Antes deste episódio, ele era muito tímido e depois passou a perceber que não valia a pena se preocupar com os julgamentos das pessoas e tornou-se mais autoconfiante e extrovertido:

*(...) tudo que eu fizer vai ser julgado aqui e se todo mundo já tá falando que eu sou viadinho, serei o viadinho que eles querem. Só que eu passei a ser o viadinho que não abaixa a cabeça pra quando eles, tipo, falavam merda pra mim, entendeu? (...) comecei a enfrentar, a não abaixar a cabeça, entendeu? Porque quanto mais você abaixa a cabeça, mais eles querem e mais eles vão, porque eles veem uma vítima, entendeu?*

Marta (A) relatou que já atendeu um jovem gay que sofria bulling na instituição de ensino superior onde estudava. Um colega o xingava remetendo a questões da homossexualidade e de sua obesidade: “Eu confesso pra você que me senti muito incomodada, porque traz um sofrimento muito grande, você quando acolhe, quando escuta um relato desse, você vê o quanto de sofrimento traz esse indivíduo”.

Em nossa sociedade, muitas vezes, as instituições educacionais auxiliam, infelizmente, na perpetuação de estereótipos e na construção de pessoas que sigam os padrões sociais hegemônicos, impondo modelos e buscando a normalização e controle dos sujeitos. Muitas pessoas, na busca pela aceitação e sobrevivência no interior do sistema educacional, acabam passando por situações de perseguição e punição, “uma história invisível de violências às quais alguns sucumbem” (Miskolci, 2016, p.12). Assim, ainda segundo o autor, é preciso repensar e estabelecer um novo olhar para a educação, para superar injustiças e desigualdades em relação à sexualidade. Para a transformação social, os focos das experiências educacionais devem ser o aprender e o “diálogo com o que nos causa estranheza, ou seja, no contato com a diferença” (p.12).

Conforme ressaltou Ana (A) e Marta (A), as instituições de ensino devem ser espaços para refletir e discutir sobre diversidade sexual, desconstruir tabus e esclarecer dúvidas. Para que as pessoas aprendam e se conscientizem sobre tais assuntos e, também, aqueles/as que são diferentes dos padrões sociais se sintam acolhidos/as e que esses espaços sirvam como rede de apoio. Para Ana (A): “Tem que falar nesses assuntos, fingir que não existe é uma loucura... você vai falar aonde? Vai descobrir, né? E a gente descobre da maneira mais errada, né?”. Segundo Marta (A), em nosso país, ainda existe muitos preconceitos e discriminações dos mais diversos tipos. Assim, é necessário que esses temas sejam discutidos e trabalhados em vários contextos: “Esforços sim, pra isso ser fomentado de uma outra forma nessas instituições de base, como é a própria escola e a família. E aí, a gente tá falando de campanhas, mídias, políticas públicas pra alcançar isso”.

Para Fernando (A), a situação foi mais difícil. Quando ele começou a se perceber como bissexual, não conseguia se identificar com os ambientes que frequentava e nem se adequar aos padrões sociais:

*Você passar por dificuldades que você não sabia... você não se sentia bem em lugar nenhum. Você ia pra uma festa gay, não se sentia bem ali (...) Então, aquele lugar não era pra mim, você ia pra uma festa na casa dos seus amigos e aquele lugar também não era pra você. Então... em casa você não tinha com quem se abrir... então, é bem complicado.*

Podemos perceber, claramente, o quanto é desafiador o desconhecimento sobre as diversas formas de expressão da sexualidade e estar sozinho nesse processo de descobrimento. Sendo assim, é muito importante ter uma rede de apoio com quem a pessoa possa conversar, esclarecer seus sentimentos e dúvidas, e ser acolhida: “(...) é complicado, porque quando você é uma pessoa que não tem muita orientação, você não sabe pra onde ir, você acaba fazendo algumas coisas erradas, você se envolve com droga”.

Em uma sociedade perpassada pela homofobia, muitas pessoas têm suas vidas marcadas pela violência e pelo sofrimento psíquico em relação às questões ligadas à sexualidade. Assim, o/a psicólogo/a pode ter um papel importante diante deste contexto, buscando promover a saúde mental destas pessoas e prevenir casos de homofobia.

Todos/as os/as psicólogos/as que participaram desta pesquisa falaram sobre a importância de acolher o sujeito, ouvir seus sentimentos e emoções, ser empático e não julgar suas práticas. Segundo João (A), o/a psicólogo deve: “Aceitar, acolher... porque, se ele tá procurando a gente é porque ele não foi aceito e não foi acolhido”. Eles/elas, também, concordam que a diversidade sexual deve ser um tema de interesse do/a psicólogo/a, já que vão atender todos os tipos de pessoas. Porém, João (A) e Marta (A)

não tiveram acesso a tantas discussões e matérias sobre tais assuntos em suas graduações. Já Ana (A) teve mais discussões sobre essas temáticas.

No discurso de João (A), identifica-se uma ambivalência, pois ao mesmo tempo em que ele diz acolher as pessoas com orientações afetivo-sexuais distintas da heterossexualidade, seu discurso revela, em alguns momentos, conteúdos opressores. Ao sugerir, por exemplo, que as pessoas devem mudar suas formas de ser para se adequarem aos padrões socialmente impostos no campo das questões de gênero e sexualidade. Ele também falou que nunca havia pensado sobre o que é homofobia, um problema tão sério em nosso país: “Homofobia? Você sabe que eu nunca parei pra pensar... homofobia não é... não é... fobia da... da... do homossexualismo? Deve ser, né? Ou seja, eu não aceitar o... é o preconceito contra o gênero... quanto à escolha de gênero”. E, também, Fernando (A) e Marta (A), deram explicações equivocadas sobre possíveis causas das pessoas não serem heterossexuais. Cabe nos questionarmos, por que tamanha necessidade de buscar causas para a homossexualidade? Pode haver aí uma intenção de saber as causas para “prevenir” que as pessoas sejam homossexuais. Segundo Madureira e Branco (2007), muitas vezes a homossexualidade é considerada “doença”, necessitando ser tratada e curada.

O despreparo dos/as psicólogos/as em relação às questões da diversidade sexual, pode acabar atrapalhando o processo psicoterapêutico e contribuir na intensificação do sofrimento psíquico dos sujeitos que já têm uma longa história de vida marcada, muitas vezes, pela violência, negligência, humilhação, solidão, tristeza e pelo medo.

Ana (A) contou que atendeu uma mulher lésbica que, apesar de precisar de ajuda, tinha uma resistência muito grande a psicoterapia. Porque, quando ela estava no ensino médio, seus pais descobriram sua orientação afetivo-sexual e a levaram para um psicólogo que também era pastor: “E ela teve que, sei lá, ficar lá mas sem poder se

expor e ela tinha muito medo, na verdade, de se expor e de talvez eu não conseguir dar conta daquilo”. Assim, a paciente passou a não se sentir à vontade em psicoterapias e a temer processos de “cura gay”, que alguns profissionais de saúde mental tentam fazer visando transformar homossexuais em heterossexuais. É importante ressaltar que, de forma bem clara, o Conselho Federal de Psicologia determina, por meio da Resolução Nº 1/99, que “os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades”.

## Considerações Finais

A presente pesquisa investigou os efeitos da homofobia na construção das identidades sexuais não-hegemônicas e o papel da/o psicóloga/o na promoção da saúde. Por meio dos discursos e relatos de experiências que foram construídos durante a pesquisa, podemos perceber que são comuns as situações de homofobia, que vão desde xingamentos a casos de estupro. Ou seja, a pessoa é violentada por sentir e/ou expressar amor por outra. O que tende a gerar intenso sofrimento psíquico, ao longo de toda a vida, àqueles/as que possuem uma orientação afetivo-sexual não-hegemônica. Assim, fica clara a necessidade de se transformar a realidade vivenciada por eles/as, para que sejam promovidos os direitos humanos e eles/as possam viver seus desejos e afetos sem culpa, vergonha e/ou medo.

A homofobia se faz presente não apenas pela violência física e verbal, ela ocorre também através de olhares, omissão da família, desprezo, constrangimento, apelidos, insinuações, ameaças, afastamentos. E, também, por meio das piadas na escola e brincadeiras “inofensivas”, de discursos, ideias e práticas que não legitimam as práticas e os desejos afetivo-sexuais distintos da heterossexualidade.

Identificamos, também, que devido a intensa relação entre sexismo e homofobia, a homofobia pode atingir todas as pessoas, independentemente da orientação afetivo-sexual. Uma vez que aqueles/as que não desempenham os papéis tradicionalmente associados à masculinidade e à feminilidade também sofrem este tipo de discriminação.

Foram citados vários exemplos de casos de homofobia, inclusive, pelos/as psicólogos/as. O que mostra que eles/as estão sendo procurados/as para diminuir o sofrimento psíquico causado por este tipo de violência vivida, cotidianamente, por muitas pessoas. Ou seja, eles/as têm uma importante função diante deste contexto.

Porém, percebemos que é necessário haver um maior investimento na formação dos psicólogos/as, para que eles/as estejam mais preparados/as para atender essas pessoas. Por exemplo, os/as psicólogos/as entrevistados/as apresentam, por um lado, discursos na direção do respeito à diversidade, mas também discursos discriminatórios (em diferentes níveis) e reducionistas. Mostrando que há lacunas no processo de aprendizagem e que deve haver, no contexto acadêmico, mais discussões sobre temas relacionados à diversidade sexual, desconstruindo as representações existentes e mostrando que há diversos tipos de vivências no campo da sexualidade e das identidades de gênero. Assim é importante que sejam revistos os Currículos dos Cursos de Psicologia e as atitudes de alguns/mas professores/as, para que não sejam reproduzidos e reforçados estigmas e preconceitos.

Os/as participantes destacaram, também, a importância das instituições de ensino superior. Pois, dependendo do contexto em que os alunos vivem, as instituições podem ser espaços libertadores, de contato com diferentes pessoas, realidades e ambientes. Em que os/as participantes se sentem mais aceitos/as, acolhidos/as e há a promoção da saúde mental, são gerados efeitos terapêuticos.

Nesta pesquisa, foram mencionados alguns exemplos de pais que ao descobrirem a orientação afetivo-sexual do/a filho/a, o/a expulsou de casa. Ou seja, há um nível de homofobia muito significativo no interior de muitas famílias. O que pode ser muito problemático, pois o sujeito pode vivenciar um total desamparo e solidão, já que aqueles/as que deveriam oferecer suporte e afeto, serem figuras de apoio, o rejeitam. Como vão lidar com essa situação?

É necessário, também, que os/as profissionais de psicologia pensem em intervenções que ofereçam um suporte aos pais das pessoas que têm orientações afetivo-sexuais distintas da heterossexualidade. Pois devido, por exemplo, à falta de

conhecimento ou às suas crenças religiosas, há uma dificuldade em haver o reconhecimento da legitimidade da diversidade sexual. Os/as participantes relataram que, principalmente, as mães negligenciam essa parte da vida deles/as, não falam sobre isso. E o silenciamento pode resultar no enfraquecimento dos vínculos afetivos no contexto familiar.

Assim, sugiro, como pesquisa futura, que sejam analisadas as percepções de pais e mães sobre como é a experiência de ter filhos/as que não são heterossexuais. Para que sejam elaboradas formas de intervenções que os/as ajude a conviver com essa característica dos/as filhos/as. Como, por exemplo, criar grupos de suporte mútuo e oficinas.

Podemos perceber que nesta pesquisa surgiram temas muito relevantes e informações significativas. Os/as participantes parecem ter tido facilidade para se expressar, relatar o que estavam sentindo e falar sobre assuntos muito pessoais, marcados pelo sofrimento. Algumas justificativas para isso podem ser, por exemplo: os participantes terem se sentindo à vontade durante as entrevistas; devido ao tema, as pessoas podem ter tido uma grande necessidade de falar, desabafar, pois geralmente não encontram espaços para isso; e em termos metodológicos vale a pena mencionar que a modalidade de entrevista aberta, na forma de narrativa pessoal, parece ter favorecido a expressão dos participantes em minha pesquisa.

Essa pesquisa explicitou que a homofobia gera intenso sofrimento psíquico em muitas pessoas e, também, a importância do/a psicólogo/a na diminuição deste tipo de sofrimento. É significativo pensarmos também que o/a psicólogo/a pode e deve atuar na direção da prevenção da homofobia, para que sejam evitados casos tristes e comoventes como os que foram relatados pelos/as participantes. É necessário, portanto, que haja mais investimentos na formação em Psicologia e em pesquisas com esta temática.

## Referências Bibliográficas

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Editora Edições.
- Borrillo, D. (2010). A homofobia. In T. Lionço & D. Diniz (Org.). *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio* (pp. 15-46). Brasília: Letras Livres / Editora da Universidade de Brasília.
- Bourdieu, P. (2005). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Conselho Federal de Psicologia. (1999). Resolução CFP nº 001, de 22 de março de 1999. "Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual". Recuperado em 27 de outubro, 2016, de [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1)
- Costa, J. F. (1996). O referente da identidade homossexual. Em R. Parker & R. M. Barbosa (Orgs.), *Sexualidades brasileiras* (pp. 63-89). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Figueiredo, L. C. M. & Santi, P. L. R. (2010). *Psicologia: uma (nova) introdução*. São Paulo: EDUC.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Galinkin, A. L. & Zauli, A. (2011). Identidade social e alteridade. Em C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.), *Psicologia Social: principais temas e vertentes* (pp. 253-261). Porto Alegre: Artmed.

- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. Em M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* (pp.64-89). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Gomes, R. (1994). A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. Em Minayo, C.S. (Org.), *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- González Rey, F. (2005). *Pesquisa qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira.
- Junqueira, R. D. (2009). Introdução - Homofobia nas escolas: um problema de todos. In R.D. Junqueira (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 13-51). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Junqueira, R. D. (2010). Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. *Espaço do currículo*, 2(2), 208-230.
- Le Breton, D. (2006). *A sociologia do corpo*. Petrópolis – RJ: Vozes.
- Lionço, T. (2009). Gênero e sexualidade na prática didático-pedagógica: saúde, direitos humanos e democracia. *Série Anis*, 9 (69), 1-8.
- Lionço, T. & Diniz, D. (2008). Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. Em T. Lionço & D. Diniz (Orgs), *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio* (pp.4771). Brasília: LetrasLivres / Editora da Universidade de Brasília
- Louro, G. L. (2000). Pedagogias da sexualidade. In G.L. Louro (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp. 7-34). Belo Horizonte: Autêntica.

- Louro, G. L. (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Machado, R. (2008). Introdução: por uma genealogia do poder. In M. Foucault, *Microfísica do poder* (pp. VII-XXIII). Rio de Janeiro: Graal.
- Madureira, A. F. A. (2007a). *Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1610/1/Tese\\_AnaFlaviaAmaralMadureira.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1610/1/Tese_AnaFlaviaAmaralMadureira.pdf)
- Madureira, A. F. A. (2007b). The psychological basis of homophobia: Cultural construction of a barrier. *Integrative Psychological & Behavioral Science*, 41(3-4), 326-342.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em Psicologia*, 9(1), 63-75. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v9n1/v9n1a07>
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2007). Identidades sexuais não-hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23 (1), 81-90.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. Em A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125-155). Porto Alegre: Mediação.

- Mason, M. J. (2002). Vergonha: reservatório dos segredos na família. In E. ImberBlack (Org.). *Os segredos na família e na terapia familiar* (pp. 40-54). Porto Alegre: Artmed.
- Michels, E., Mott, L. & GSP, P. (2016). Relatório 2016, assassinatos de LGBT no Brasil. Recuperado em 13 março, 2017, de <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps>
- Miskolci, R. (2016). *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo horizonte: Editora.
- Minayo, M. C. S. (2011). O desafio da pesquisa social. In: M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Parker, R. (1991). *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller.
- Rodriguez, B. C., Merli, L. F., & Gomes, I. C. (2015). Um estudo sobre a representação parental de casais homoafetivos masculinos. *Temas em Psicologia*, 23(3), 751-762. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-18>
- Sá, C. G. & Pereira, O. P. (2006). Psicopatologia e Poder Disciplinar: o papel da Psicologia no questionamento da individualidade domesticada. In M. A. Ribeiro & M. H. de Freitas (Org.). *Psicopatologia, processos de adoecimento e promoção de saúde*. Brasília - DF: Universa.
- Sanders, G. L. (1994) O amor que ousa declarar seu nome: do segredo à revelação nas afiliações de gays e lésbicas. In: Imber-black, E. (Org.). *Os segredos na família e na terapia familiar* (pp. 219-244). Tradução de Denise Batista. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Santos, B. S. (2014). *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez

- Schulman, S. (2010). Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. *Revista Bagoas*, 5, 67-78.
- Scott, J. W. (1996). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. (2016). Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013. Recuperado em 13 março, 2017, de <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013>
- Sedgwick, E. (2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, 28, 19-54.
- Teixeira-Filho, F & Rondini, C. (2012). Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. *Saúde e Sociedade*, 21(3), 651-667. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902012000300011>
- Toledo, L. G. (2013) “Será que eu tô gostando de mulher?”: *Tecnologias de normatização e exclusão da dissidência erótica feminina no interior paulista*. Tese de Doutorado em Psicologia, Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.
- Unesco. (1998). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por>. Recuperado em: 21 de março, 2017
- Vainfas, R. (1992). *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*. São Paulo, Ática.
- Vasconcelos, E. M. et al. (2005). *Reinventando a vida: narrativas de recuperação e convivência com o transtorno mental*. Rio de Janeiro-São Paulo: Hucitec.
- Weeks, J. (1999). O corpo e a sexualidade. In G. L. Louro (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp. 35-82). Belo Horizonte: Autêntica.

Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas* 9(2), 460-482.

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução conceitual. In T. T. Silva (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (p. 7-72). Petrópolis: Vozes.

## **ANEXOS**

**Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os/as psicólogos/as, que atuam preferencialmente nas áreas da saúde ou clínica.**

**“Os efeitos da homofobia na construção das identidades sexuais não-hegemônicas e o papel da/o psicóloga/o na promoção da saúde.”**

**Instituição das pesquisadoras: UniCEUB**

**Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira**

**Pesquisadora assistente: Marina Silva Barbosa**

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. A sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se você desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

### **Natureza e objetivos do estudo**

O objetivo deste estudo é investigar o sofrimento psíquico e os desafios enfrentados por pessoas com orientações afetivo-sexuais distintas da heterossexualidade.

### **Procedimentos do estudo**

- Sua participação consiste em responder perguntas sobre a temática e analisar imagens previamente selecionadas.
- O procedimento corresponde à realização de entrevista individual semiestruturada, de forma integrada à apresentação de algumas imagens relacionadas ao tema.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A entrevista será gravada com o consentimento do(a) participante, a fim de facilitar o posterior trabalho de análise.
- A pesquisa será realizada em um local conveniente ao(à) participante.

### **Riscos e benefícios**

- Este estudo possui “baixos riscos”, que são inerentes ao procedimento de entrevista.
- Serão tomadas medidas preventivas durante a entrevista para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que o(a) participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Sua participação poderá ajudar no desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada sobre o tema da pesquisa.

### **Participação, recusa e direito de se retirar do estudo**

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

### **Confidencialidade**

- Seus dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora Marina Silva Barbosa, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail [cep.uniceub@uniceub.br](mailto:cep.uniceub@uniceub.br). Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_  
após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora assistente, Marina Silva Barbosa, e a outra será fornecida ao senhor (a).

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Participante

---

Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

E-mail: madureira.ana.flavia@gmail.com

Celular: (61) 99658-7755

---

Pesquisadora assistente: Marina Silva Barbosa

E-mail: marinasbdf@gmail.com

Celular: (61) 98522-0289

**Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa:**

Instituição: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Endereço: SEPN 707/907, Campus do UniCEUB

Bairro: Asa Norte

Cidade: Brasília - DF

CEP: 70790-075

Telefone p/contato: (61) 3966-1200

**Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os/as participantes com orientações afetivo-sexuais diferentes da heterossexualidade, que se reconheçam desta forma.**

**“Os efeitos da homofobia na construção das identidades sexuais não-hegemônicas e o papel da/o psicóloga/o na promoção da saúde. ”**

**Instituição das pesquisadoras: UniCEUB**

**Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira**

**Pesquisadora assistente: Marina Silva Barbosa**

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. A sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se você desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

### **Natureza e objetivos do estudo**

O objetivo deste estudo é investigar o sofrimento psíquico e os desafios enfrentados por pessoas com orientações afetivo-sexuais distintas da heterossexualidade.

### **Procedimentos do estudo**

- Sua participação consiste relatar sua história pessoal, suas dificuldades, conquistas e estratégias de enfrentamento em relação ao tema da pesquisa.
- O procedimento corresponde à realização de entrevista individual aberta, na forma de narrativa pessoal.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A entrevista será gravada com o consentimento do(a) participante, a fim de facilitar o posterior trabalho de análise.
- A pesquisa será realizada em um local conveniente ao(à) participante.

### **Riscos e benefícios**

- Este estudo possui “baixos riscos”, que são inerentes ao procedimento de entrevista.
- Serão tomadas medidas preventivas durante a entrevista para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que o(a) participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.
- Sua participação poderá ajudar no desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada sobre o tema da pesquisa.

### **Participação, recusa e direito de se retirar do estudo**

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

### **Confidencialidade**

- Seus dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora Marina Silva Barbosa, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail [cep.uniceub@uniceub.br](mailto:cep.uniceub@uniceub.br). Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_  
após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora assistente, Marina Silva Barobsa, e a outra será fornecida ao senhor (a).

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Participante

---

Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

E-mail: madureira.ana.flavia@gmail.com

Celular: (61) 99658-7755

---

Pesquisadora assistente: Marina Silva Barbosa

E-mail: marinasbdf@gmail.com

Celular: (61) 98522-0289

**Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa:**

Instituição: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Endereço: SEPN 707/907, Campus do UniCEUB

Bairro: Asa Norte

Cidade: Brasília - DF

CEP: 70790-075

Telefone p/contato: (61) 3966-1200

**Anexo C - Roteiro de entrevista: psicólogos/as que atuam nas áreas da saúde ou clínica.**

1. Como é a sua atuação profissional? O que você faz?
2. O que você considera interessante em sua trajetória profissional?
3. Durante sua formação acadêmica, houve discussões sobre diversidade sexual, ou não?
4. Você acha que é um tema de interesse do psicólogo, ou não? Por quê?
5. Na sua opinião, como deve ser a atuação do psicólogo em relação a casos de discriminação e preconceito?
6. Na sua opinião, como deve ser a atuação do psicólogo em relação à homossexualidade? Por quê?
7. Para você, qual seria o papel do psicólogo no atendimento a pessoas homossexuais?
8. Para você, o que é homofobia?
9. A “cura gay” é um projeto de lei cujo objetivo é permitir que os profissionais de saúde mental possam tratar pacientes homossexuais, visando transformá-los em heterossexuais. Alguns psicólogos concordam com a “cura gay”, outros discordam. O que você acha sobre a “cura gay”?
10. Em sua atuação profissional, você já presenciou ou ficou sabendo de algum caso de homofobia? (Se sim, como foi? Como você se sentiu?)
11. Você acha que a homofobia é um problema em nosso país, ou não? Por quê?
12. Você acha que existe algum tipo de sofrimento em ser homossexual na nossa sociedade? (Se sim, quais?)
13. Como esse sofrimento pode ser trabalhado pelo/a psicólogo/a? Você poderia dar um exemplo?
14. Você gostaria de acrescentar alguma coisa?

## Anexo D - Imagens previamente selecionadas

### Imagem 1



O que você sente ao ver essas imagens? Por quê?

### Imagem 2



O que você sente ao ver essa imagem? Por quê?

**Imagem 3**

Como você se sente ao ver essa imagem? Por quê?

**Imagem 4**

Qual sua opinião sobre esse evento?

## Anexo E

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE  
BRASÍLIA - UNICEUB



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Os efeitos da homofobia na construção das identidades sexuais não-hegemônicas e o papel da/o psicóloga/o na promoção da saúde

**Pesquisador:** Ana Flávia do Amaral Madureira

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 65448217.0.0000.0023

**Instituição Proponente:** Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.005.272

**Apresentação do Projeto:**

As pesquisadoras afirmam que "será utilizada uma metodologia de investigação qualitativa mediante: (a) a realização de entrevistas individuais semiestruturadas de forma integrada à apresentação de diferentes imagens (fotografias) com os/as três participantes psicólogos/as; e (b) a realização de entrevistas individuais abertas, na forma de narrativa pessoal, com os/as três participantes com orientações afetivo-sexuais diferentes da heterossexualidade. Cabe mencionar que as imagens, enquanto artefatos culturais, podem se constituir em recursos metodológicos interessantes na análise e interpretação de diferentes fenômenos de interesse no campo da ciência psicológica. Todos/as participantes serão pessoas maiores de idade, que não fazem parte de populações vulneráveis e serão selecionados/as via rede social da pesquisadora assistente".

**Objetivo da Pesquisa:**

Foi relatado na pesquisa que o objetivo primário é: "investigar o sofrimento psíquico e os desafios enfrentados por pessoas com orientações afetivo-sexuais distintas da heterossexualidade".

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

As pesquisadoras consideraram que a "pesquisa possui baixos riscos. Tais riscos são inerentes ao procedimento de entrevista. Medidas preventivas durante a entrevista serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas

**Endereço:** SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

**Bairro:** Setor Universitário

**CEP:** 70.790-075

**UF:** DF

**Município:** BRASÍLIA

**Telefone:** (61)3988-1511

**E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE  
BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 2.005.272

ou erradas e que os/as participantes podem responder da forma que quiserem, de acordo com as suas opiniões pessoais. Todos/as receberão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com o modelo disponibilizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília (CEP UniCEUB)".

Quanto aos benefícios foi afirmado que "ao participar do projeto de pesquisa em questão, os/as participantes colaborarão com o desenvolvimento de análises mais aprofundadas sobre o sofrimento psíquico e os desafios enfrentados por pessoas com orientações afetivo-sexuais distintas da heterossexualidade".

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A presente pesquisa é relevante, visto que o tema em questão é pertinente tanto nos meios acadêmicos, como nas diversas áreas da saúde e na sociedade como um todo. Apresenta-se com robustez teórica, escrita clara e objetiva, o que pressupõe-se que acarretará em um produto de importância para os meios citados.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

As informações básicas do projeto foram consistentes e esclarecedoras, tanto como o Cronograma de Execução e a Identificação Orçamentária. Os dois Termos de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE apresentados estão em conformidade com as diretrizes éticas nacionais. A Folha de Rosto está devidamente assinada. Foi apresentado roteiro da entrevista, bem como as fotos que serão utilizadas para o levantamento de dados.

**Recomendações:**

Recomenda-se ao pesquisador que desenvolva a proposta em tela, na forma que esta foi apresentada e avaliada por este Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UniCEUB/DF). Sendo que quaisquer alterações que vierem a ocorrer, devem ser imediatamente informadas a este CEP, indicando a parte do protocolo de pesquisa que foi alterada, acompanhada das justificativas para tal alteração.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

A presente pesquisa atendeu a todas as prerrogativas das Resoluções n. 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e poderá ser iniciada.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 2.005.272/2017, tendo sido homologado na 4ª Reunião Ordinária do CEP-UniCEUB do ano, em 24 de março de 2017.

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar  
 Bairro: Setor Universitário CEP: 70.790-075  
 UF: DF Município: BRASÍLIA  
 Telefone: (61)3986-1511 E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE  
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 2.005.272

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_875814.pdf	07/03/2017 22:45:39		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	07/03/2017 21:41:21	MARINA SILVA BARBOSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEs.pdf	07/03/2017 21:38:14	MARINA SILVA BARBOSA	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	07/03/2017 21:33:52	MARINA SILVA BARBOSA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BRASILIA, 10 de Abril de 2017

Assinado por:

**Marília de Queiroz Dias Jacome**  
(Coordenador)

**Endereço:** SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.110, 1º andar

**Bairro:** Setor Universitário

**CEP:** 70.790-075

**UF:** DF

**Município:** BRASILIA

**Telefone:** (61)3966-1511

**E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br